

2013

ESTADO DE RONDÔNIA BALANÇO GERAL



Volume 1

*Relatório Técnico
Sobre a Prestação
de Contas*



Estado de Rondônia
Secretaria de Finanças
Superintendência de Contabilidade

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Gilvan Ramos de Almeida

SECRETÁRIO ADJUNTO FINANÇAS

Wagner Garcia de Freitas

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

José Carlos da Silveira

ASSESSORES DO SUPERINTENDENTE

David Humberto Reyes Ortiz de La Veja
Ednaldo Gomes de Paiva Sodré
Marivaldo Vaz Rodrigues

DIRETORIA CENTRAL DE CONTABILIDADE - DCC

Rosilene Locks Greco

ASSESSORAS DA DCC

Francimary Sena da Silva
Luísa Rocha Carvalho Bentes
Rosana de Araújo Fernandes

DIRETORIA DE NORMAS E ACOMPANHAMENTO FISCAL - DNAF

Paulo Junior de Jesus Peres

ASSESSORES DA DNAF

Fábio Heleno Costa
Sebastião Ramires

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Gerência de Controle da Dívida Pública - GCDP
Gerência de Controle de Contas Banc. do Tesouro - GCBT
Gerência de Administração e Finanças - GAF
Gerência Geral de Finanças - GGF
Coordenadoria da Receita Estadual – CRE

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

David Humberto Reyes Ortiz de La Veja
Ednaldo Gomes de Paiva Sodré
Fábio Heleno Costa
José Carlos da Silveira
Luísa Rocha Carvalho Bentes
Nicandro Ernesto de Campos Neto
Marivaldo Vaz Rodrigues
Paulo Junior de Jesus Peres
Rosilene Locks Greco
Sebastião Ramires

EQUIPE DE SUPORTE CONTÁBIL

Ana Rita de Oliveira Ferreira Silva
Aparecida Ferreira Queiroz Matos
Áurea Cristóvan da Silva Lima
Carlos Henrique de Jesus Lobato de Souza
Cely Oliveira de Lima
Den do Nascimento Lima
Ednadir Dantas Santos
Elinete Pereira Moraes
Henderson Acosta Bragança
Inês Brasil Mejia Batista
João Henrique Lima
Jocília Maria de Queiroz Bastos Félix
Jonas Nink Barros
Lucas Fernando Balbinot
Manoel Ribeiro de Queiroz
Maria Araújo Torres
Maria do Socorro Pereira Ribeiro da Mota
Maria Luiza Lopes Costa
Mirian Sousa da Silva Motta
Sarah Carolina Santos Silva
Silas Pinho Ladislau
Solange Bezerra da Silva
Vaste Julien

INFORMAÇÕES

contabilidade@sefin.ro.gov.br
Fones XX 69 3216-5096/3223-4141



ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
Superintendência de Contabilidade
Centro Político Administrativo
Farquhar, s/n, Curvo III, 6º Andar
Porto Velho – RO

Apresentação

Este Balanço demonstra os resultados contábeis do Estado de Rondônia no exercício de 2013 e constitui a prestação de contas do terceiro ano de mandato do Excelentíssimo Governador, Sr. Confúcio Aires Moura, à Assembleia Legislativa.

Dentre as atribuições privativas do Governador do Estado está a obrigatoriedade de prestar contas anualmente, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao art. 65, inciso XIV, da Constituição Estadual.

A responsabilidade pela elaboração do Balanço Geral é da Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Estado de Finanças, núcleo técnico do órgão central do sistema de contabilidade do Poder Executivo Estadual.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Administração para Estados e Municípios – SIAFEM e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A consistência e a veracidade dos dados informados nesta consolidação de contas são de responsabilidade dos gestores de cada unidade administrativa estadual, dado que a aplicação dos recursos e os registros contábeis são executados sob sua administração.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência na elaboração do Balanço, procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos, contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais.

Para facilitar a visualização das informações, o Balanço Geral do Estado foi dividido nos seguintes volumes:

VOLUME 1
Relatório Técnico sobre a
Prestação de Contas do
Exercício de 2013

Apresenta os aspectos social, econômico, administrativo e financeiro do Estado de Rondônia, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as notas explicativas, bem como os indicadores para análise das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, procurando ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

O Balanço Geral foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à egrégia Corte de Contas.

Insta esclarecer que o Relatório da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão sobre as atividades desenvolvidas no período e o Relatório da Controladoria Geral do Estado seguem com a prestação de contas em volumes separados deste Balanço Geral.

Além da legislação vigente, a Superintendência de Contabilidade preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quanto aos procedimentos, às práticas, à elaboração e à divulgação das demonstrações contábeis, para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, cabe destacar a participação durante o ano de 2013 dos servidores da Superintendência e voluntários que compõem o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis – GTCON/RO. Este reúne servidores das diversas unidades gestoras visando a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão fiscal, execução orçamentária e financeira, sistemas de informação, padronização contábil e consolidação de contas públicas.

Vale ressaltar que a Superintendência de Contabilidade Geral vem implementando de forma gradativa as referidas normas e os reflexos da convergência podem ser observados no Balanço Geral do Estado de 2013, em especial no Volume I, com destaque à implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que se deu em janeiro de 2013, atendendo de forma antecipada à Portaria nº 828/11 da Secretaria do Tesouro Nacional, que determina aos Entes da Federação a adoção do novo PCASP para o ano de 2014.

No tocante à transparência da gestão, merece destaque o desenvolvimento e a disponibilização do Portal da Contabilidade (www.contabilidade.ro.gov.br), como mais um instrumento de controle social.

O novo portal traz informações detalhadas e busca utilizar uma linguagem mais acessível ao cidadão, com o intuito de fortalecer a transparência da gestão e o controle social, bem como buscar a adequação à Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. O Portal da Contabilidade possibilita ao cidadão acompanhar, com atualização constante, as informações sobre a arrecadação, as despesas realizadas, os valores pagos aos fornecedores e os repasses de convênios de todos os órgãos do poder executivo estadual, além de permitir uma visão consolidada das informações.

Procurando facilitar a visualização, a compreensão e o controle da gestão fiscal, também foram disponibilizados indicadores com análises gráficas das receitas e despesas, o que possibilita a interatividade e a comparação das informações.

Com vistas a assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação, o Balanço Geral do Estado de 2013 estará disponível, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.contabilidade.ro.gov.br e www.transparencia.ro.gov.br.

Os volumes impressos estarão disponíveis na Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

A equipe da Superintendência de Contabilidade está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Rondônia no exercício de 2013.

Superintendência de Contabilidade

Sumário

2013 Estado de Rondônia Balanço Geral

Volume 1 *RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2013*

▶ RONDÔNIA	
ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	08
Aspectos Sociais	10
Aspectos Econômicos	18
Aspectos Administrativos	20
Aspectos Financeiros	25
▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	31
Balanço Patrimonial	32
Balanço Orçamentário – Receitas	34
Balanço Orçamentário – Despesas	35
Balanço Financeiro	37
Demonstração das Variações Patrimoniais	38
Demonstrativo da Dívida Flutuante	40
▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	41
1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	42
2 Resumo das principais Práticas Contábeis	43
3 Precatórios	45
4 Dívida Pública Estadual	46
5 Serviço da Dívida	48
6 Provisões Matemáticas Previdenciárias	48
7 Deduções da Receita Corrente	49
8 Reclassificação da Receita	49
9 Passivos Judiciais	50
10 Dívida Ativa	50
11 Fundo de Participação dos Estados	51
12 IPI - Exportação	51
13 Metodologia de Cálculo da Despesa com Pessoal	52
14 Metodologia de Cálculo da Receita Corrente Líquida	52
15 Comparabilidade	52
16 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	53
▶ ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	54
1 Indicadores do Balanço Patrimonial	57
2 Indicadores da Execução Orçamentária	58
3 Indicadores do Balanço Financeiro	60
4 Indicador das Variações Patrimoniais	60
▶ INDICADORES DA GESTÃO FISCAL	62
Receita Bruta	63
Receita Tributária – Arrecadação de Tributos Estaduais	64

Receita Tributária - Comportamento da Arrecadação do ICMS	65
Transferências Recebidas	66
Evolução das Despesas com Pessoal – Consolidado	67
Gasto com Pessoal Sem Encargos – Poderes	68
Gasto com Pessoal – Servidores Ativos – Poder Executivo	69
Pagamento da Dívida Pública	70
Despesas por Grupo de Natureza – Consolidado	71
Resultados Nominal e Primário	72
Orçamento Autorizado, Receita Realizada e Despesa Executada	73
► CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
► LEGISLAÇÃO BÁSICA	77

O Estado

Para compreender a grandeza dos números que serão demonstrados é recomendável, primeiramente e de forma sucinta, ter uma visão geral do Estado, seu território, sua história, seus habitantes e sua cultura.

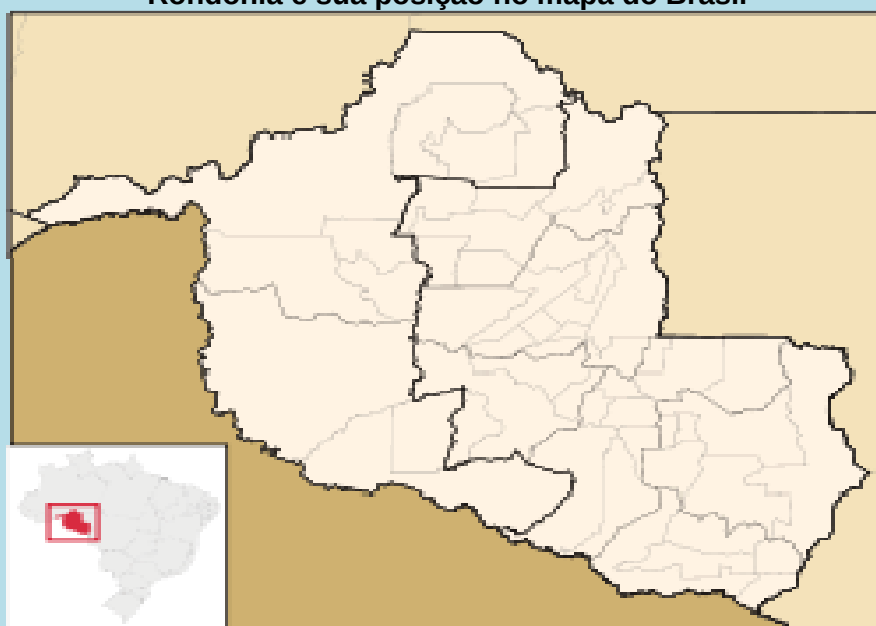


RONDÔNIA está situado na região Norte do Brasil, fazendo fronteira com o Estado do Mato Grosso a leste, Acre a oeste, Amazonas ao Norte e República da Bolívia ao Sul.

O Estado de Rondônia possui uma área de 237.590,547 quilômetros quadrados, o equivalente ao território da Romênia e quase cinco vezes maior que a Croácia. É formado por

52 municípios, dispostos conforme o mapa apresentado abaixo.

Rondônia e sua posição no mapa do Brasil



Sua população estimada para 1º de julho de 2013 era de 1.728.214 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A capital e município mais populoso é Porto Velho.

Rondônia tem como principais cidades Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Rolim de Moura e Vilhena.

Município	População	Área territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²)
Ariquemes	101.269	4.426,57	22,88
Cacoal	85.863	3.792,80	22,64
Guajará Mirim	45.761	24.855,72	1,84
Jaru	55.597	2.944,13	18,88
Ji-Paraná	128.026	6.896,74	18,56
Porto Velho	484.992	34.096,39	14,22
Rolim de Moura	55.357	1.457,89	37,97
Vilhena	87.727	11.518,94	7,62

◀ Densidade Demográfica em julho de 2013
Fonte: IBGE

A densidade demográfica do Estado é de 6,58 habitantes por quilômetro quadrado. Rolim de Moura se destaca como o município de maior densidade demográfica.

Mesmo considerado um Estado jovem, criado em 1982, figura como o terceiro estado mais rico da região Norte, responsável por 11,7% do PIB da região.

É, ainda o terceiro melhor no Índice de Desenvolvimento Humano, o segundo maior PIB per capita, a segunda menor taxa de mortalidade infantil e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país, além da segunda maior teledensidade do Brasil.

Rondônia registra ainda a menor incidência de pobreza, o melhor desempenho na avaliação do PISA 2009, entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste, a quarta melhor distribuição de renda de todo o Brasil e o melhor fora da Região Sul do país.

No sítio do Estado de Rondônia, <http://www.ro.gov.br>, são encontrados dados mais abrangentes sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os seus atrativos turísticos.



► Saúde

Em 2013, a saúde pública foi prioridade para o Governo do Estado com aplicações de recursos na ordem de R\$ 623 milhões, representando um acréscimo de 8,29% em relação ao ano de 2012.

Enquanto o país registrou uma perda de quase 13 mil leitos na rede pública de saúde, entre janeiro de 2010 e julho 2013, de acordo com o levantamento feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), Rondônia esteve na contramão, figurando como o Estado que mais aumentou o número de leitos no período.

As principais unidades hospitalares são: Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II, Assistência Médica Intensiva - AMI (Leitos UTI (retaguarda para o HPJPII), Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON, Hospital Infantil Cosme e Damião e os hospitais regionais de Extrema, Cacoal, Buritis e São Francisco.

Em recente pesquisa realizada nas unidades estaduais integradas ao programa de melhoria da qualidade no atendimento e na humanização, evidenciou-se alto grau de satisfação dos pacientes com o atendimento.

Ressalte-se que o Hospital do Câncer, inaugurado na gestão atual, em parceria com a Fundação Pio XII, tem contribuído para uma significativa redução de custos no Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).



A Secretaria responsável pelo gerenciamento dos serviços de alta densidade tecnológica em saúde no Estado é a SESA, a quem compete, também, a cooperação técnica e financeira para o aperfeiçoamento da gestão compartilhada.

A gestão compartilhada é ferramenta que tornou possível identificar as prioridades em investimentos, com foco no atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

O novo momento dos serviços de saúde é creditado aos investimentos expressos inclusive com a implantação do Sistema de Atendimento Médico Domiciliar (SAMD) e de 35 leitos por intermédio do serviço 24 horas do programa de Assistência Médica Intensiva.

Com investimento de R\$ 1,8 milhão de compensação do Consórcio Santo Antônio Energia, o Estado está equipando e preparando o Hospital de Base para torná-lo a maior unidade de saúde da Região Norte em atendimento de alta complexidade.

O Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro é uma unidade hospitalar de grande porte, com 479 leitos, distribuídos em 17 clínicas. Este realiza atendimento em regime de internação, por demanda espontânea e referenciada em 32 especialidades.

A preocupação do Governo em melhorar ainda mais o atendimento da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) é constante: construção e ampliação de hospitais, aquisição de equipamentos de última geração, contratação de profissionais capacitados para atender a demanda da população do Estado.

O fluxo de pessoas procurando para atendimento no HB é grande. Diariamente são atendidos 50 novos pacientes. Atualmente, este conta com 10 salas cirúrgicas, onde se realizam 670 procedimentos por mês, tais como, oncológicos, joelho, coluna, ginecológicos, histerectomias, transplantes, medicina nuclear entre outros.

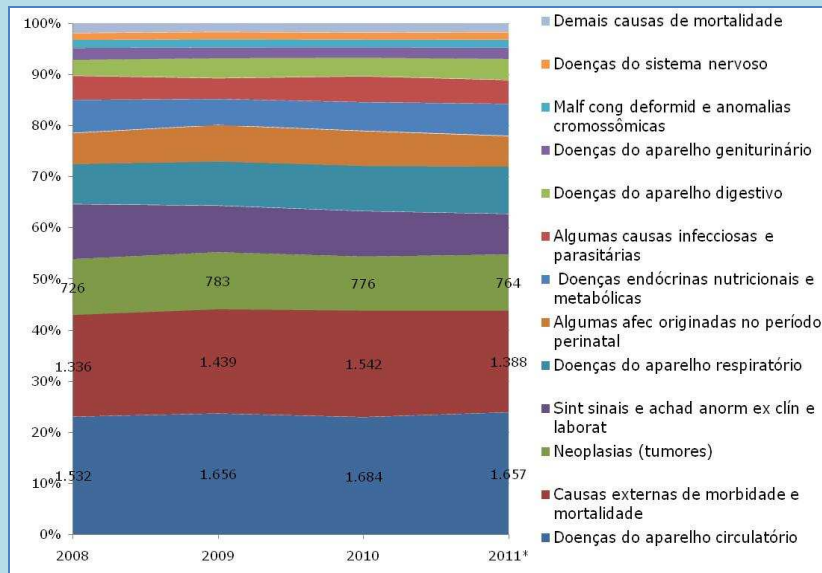
Dados parciais revelam acréscimo significativo na capacidade de internações em 2013 em relação a 2012, conforme quadro a seguir.

Número de internações por unidade, 2012 e 2013.

Fonte: SESA/2013. Dados Parciais
Obs.: (*) Serviço inaugurado em maio de 2013

UNIDADE HOSPITALAR	NÚMERO DE INTERNAÇÕES	
	2012	2013
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro	15016	19424
Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II	10.010	11.996
Assistência Médica Intensiva - AMI (Leitos UTI) *	-	185
Centro de Medicina Tropical de Rondônia-CEMETRON	2.173	2.125
Hospital Infantil Cosme e Damião	3.439	4.803
Hospital Regional de Cacoal	3.477	5.376
Total	34.115	43.909

Analisando o perfil de mortalidade no estado, nota-se que as doenças do aparelho circulatório constituem a primeira causa de mortalidade no estado, seguida das causas externas e das neoplasias, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

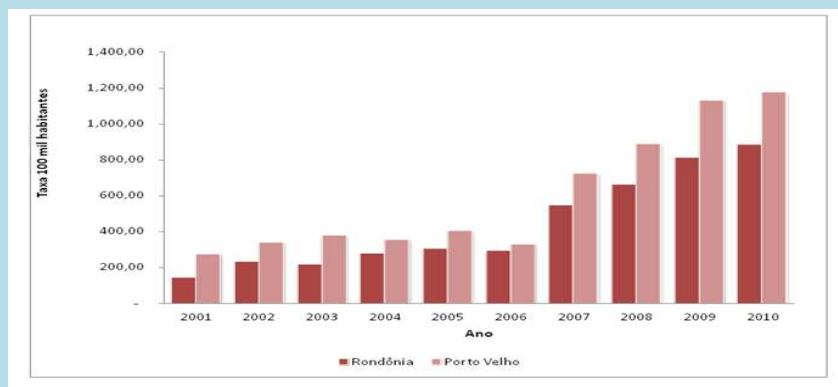


Mortalidade Proporcional, Rondônia 2008 a 2011.
Fonte: SIM/Datasus. Dados acessados em 13.08.2013

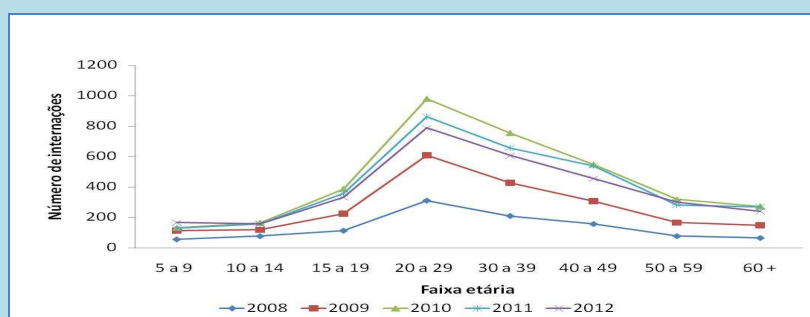
Como outro fator de vulnerabilidade, destacam-se os acidentes de trânsito com vítima, que tem como principal fator de risco o aumento de veículos nas cidades nas últimas décadas.

O DETRAN registrou, em 2010, mais de 1.200 acidentes com vítimas por cada 100.000 habitantes na capital. No período de 2003 a 2011, houve um crescimento de 61% no número de acidentes no Estado. Em 2003, 57% dos acidentes envolviam motocicletas, já em 2011 este percentual eleva-se para 66%.

**Taxas de
acidentes de
trânsito com,
vítimas,
RO e PVH,
2012 e 2013.**
Fonte: Renavam.



Estes dados são corroborados pela distribuição das internações hospitalares por faixa etária na região, visto que o maior número de acidentes acomete pessoas na faixa etária de 20 a 59 anos, representando o elevado percentual de 70%.



**Número de
internações por
acidente de
transporte por faixa
etária, RO 2008 a
2012.**
Fonte: SIM/Datasus.
Acessado em 15/05/2013.

Registre-se, também, que é expressivo o crescimento de acidentes de trânsito, atingindo pessoas da terceira idade.

Dos programas de governo em saúde, destaca-se o “Mãezinha Rondoniense”. Este faz parte do Plano FutuRO, com o objetivo de melhorar a atenção ao pré-natal e ao parto no Estado, além de oferecer condições reais e práticas para que a grávida tenha um pré-natal seguro e bem atendido. Neste programa, a grávida é cadastrada e submetida a um planejamento pré-natal seguro, há fornecimento de enxoval para mães de baixa renda e até mesmo a concessão de passagem de ônibus para a realização de exames na rede pública municipal, estadual ou credenciada.

De acordo com levantamento efetuado entre 2007 e 2010, Rondônia já figurava com a melhor proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, da Região Norte, conforme quadro a seguir.

**Proporção de
Nascidos vivos
de mães com 7
ou mais consultas
de pré-natal
2007 a 2010.**

Fonte: Ministério da Saúde, SINAC.
Nota, Dados de 2010 preliminares.

Região/unidade federada	2007	2008	2009	2010
Brasil	55,82	56,98	57,86	60,54
Região Norte	31,11	31,02	33,27	36,66
Rondônia	34,51	39,70	44,95	49,25

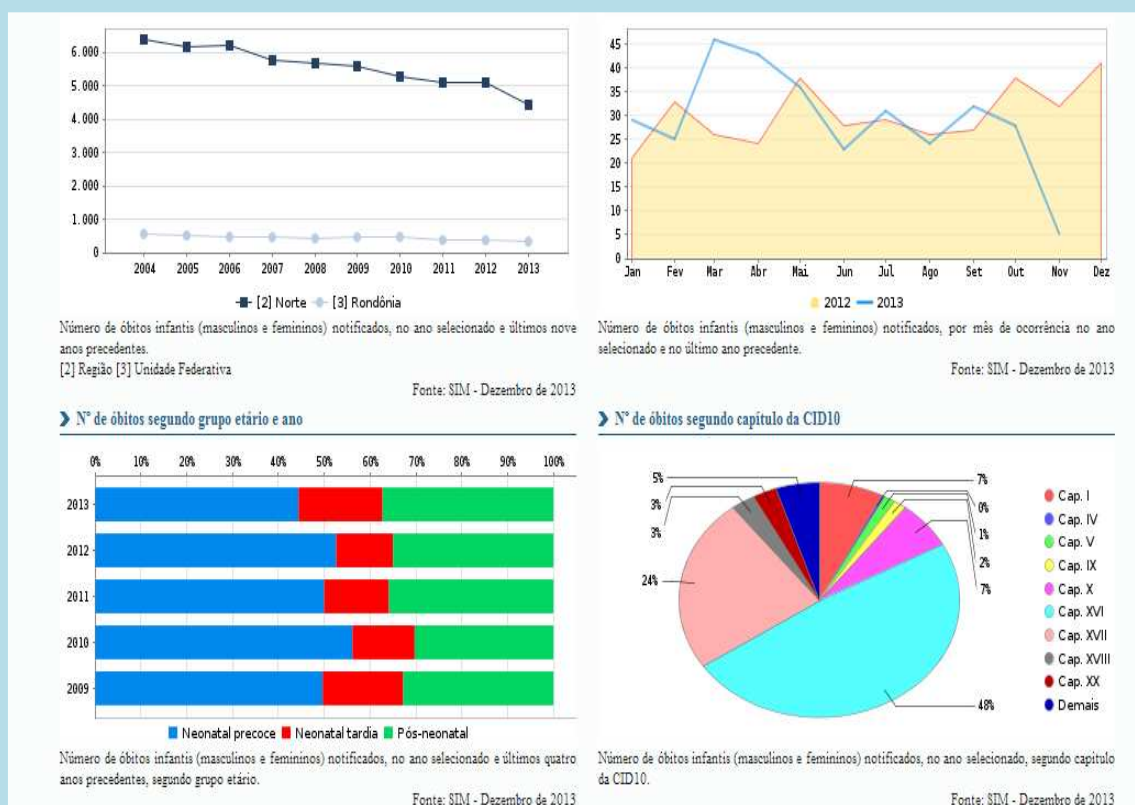
Assim, o intuito do Programa “Mãezinha Rondoniense” é reduzir ainda mais a mortalidade materna e neonatal, melhorando os indicadores junto ao Ministério da Saúde. A Taxa de Mortalidade Infantil - TMI de Rondônia, conforme mostra o gráfico a seguir, no período de 2007 a 2010, permanecia acima de 20 óbitos por 1000 NV.



Taxa de Mortalidade Infantil, RO, 2007 a 2010.
 Fonte: MS/SVS/DASIS/CGIAE/SIM/SI NASC.

Entretanto, observa-se queda no período de 2007 a 2009, evidenciando redução nas taxas de óbitos e melhora nas de nascimentos.

Os dados a seguir mostram os óbitos infantis no período de 2004 a 2013, os quais mostram tendência de redução.



Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal.
 Fonte: Ministério da Saúde.
 Dados parciais. Acessados em 20/02/14.



► Educação

Em 2013, foram aplicados mais de R\$ 1,116 bilhão (despesas de custeio e investimentos) na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de ensino, o que corresponde a um acréscimo de 5,19% em relação ao ano anterior, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos mais de 240 mil alunos que estudam nas 436 escolas da rede pública estadual de ensino.

Em 2013, foram investidos R\$ 14 milhões em obras de construção e reforma, com novas salas de aulas, anfiteatros, bibliotecas e sala de professores, objetivando ampliar o número de vagas e oportunizar maior acesso à educação.

No comparativo, entre os recursos financeiros disponibilizados à Educação e os gastos com a folha desta, de 2012 e 2013, verificamos que enquanto estes cresceram 10,39%, aqueles apresentaram variação positiva de 6,52%, conforme tabela a seguir

Educação	2012	2013	Variação
Recursos Financeiros	803.927.842,55	856.318.944,47	6,52%
Folha	671.107.844,88	740.813.471,89	10,39%
Folha/Recursos	83,48%	86,51%	3,63%

◀ **Evolução dos Recursos x Folha da Educação.**
Fonte: SEDUC/RO.

Os investimentos em educação têm reflexo direto nos índices de qualidade do ensino. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, calculado e divulgado a cada dois anos, demonstra a evolução na qualidade do ensino em Rondônia.

Em 2013, 19 Escolas iniciaram o Projeto Guaporé de Ensino Integral, que figura como um dos prioritários de governo. Para sua concepção, foram pesquisadas experiências exitosas dos Estados que já implantaram a Educação Integral e, ainda, do Projeto Burareiro de Educação Integral, implantado nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Ariquemes no Estado de Rondônia, aproveitando, destes, ideias, estratégias e direcionamentos pedagógicos, compatibilizando-os com as peculiaridades e os anseios sociais, culturais e educacionais da população do Estado.

Os alunos têm atividades do currículo básico e de eixos temáticos, como acompanhamento pedagógico e do rendimento escolar, educação ambiental, esporte e lazer, arte e cultura.

Atualmente, mais de 11 mil alunos do ensino fundamental e médio fazem parte do ensino em horário integral, em 13 município do Estado de Rondônia.



► Infraestrutura

Em 2013, o governo estadual investiu cerca de R\$ 115 milhões em obras de asfaltamento e restauração de rodovias asfaltadas, bem como para a manutenção de toda a malha viária estadual não pavimentada (estradas de chão), com o Projeto Estradão.



Destaque-se, ainda, o apoio que o governo estadual prestou aos municípios, com a recuperação de estradas de chão, por meio dos projetos Corujão e Mão Amiga.

No exercício, o governo estadual trabalhou em 12 mil km de estradas de chão, na pavimentação de 08 rodovias estaduais (obras não concluídas, com cinco em fase final), as quais representarão, quando finalizadas, cerca de 230 km de rodovias asfaltadas.

Ressalte-se o início do asfaltamento da RO-257, com 72 km de extensão, ligando o distrito do 5º BEC, em Machadinho, a Ariquemes.

Foram restaurados, ainda, cerca de 100 km de rodovias, além dos trabalhos de manutenção de tapa-buraco nos cerca de 1.500 km de estradas asfaltadas, de responsabilidade do Estado.

A Rodovia RO-010 também foi restaurada, no trecho de Nova Brasilândia a Rolim de Moura, com 56 km de extensão.



► Turismo

Rondônia é o segundo Estado mais jovem do Brasil. Graças às suas manifestações culturais e belezas naturais, se tornou também um grande atrativo para o turismo brasileiro, em especial, para o ecoturismo. Rica em fauna e flora, a região encanta os visitantes que apreciam visitas a patrimônios históricos ou aventuras mais radicais.

De trekkings pela Floresta Amazônica ou no pantanal rondoniense, a mergulhos e rapel, a região, que foi palco da série Global “Mad Maria”, é um cenário abençoado pela natureza.

Em apresentação, o Estado divide-se em dois pólos turísticos: Porto Velho e Guajará Mirim.

O Pólo Turístico de Porto Velho é o ideal para quem busca, num passeio, desfrutar desde um turismo histórico-cultural até a pesca e o ecoturismo em bases comunitárias. Em termos de aventura, as corredeiras do Rio Machado são especiais para a prática do rafting - níveis II a V, da canoagem e do bóia-cross.

O rio também é próprio para a pesca esportiva e possui boas opções de pousadas para hospedagens integradas à natureza. A descida pelas corredeiras do rio é o grande atrativo em função da beleza do local, aliada à emoção do percurso cheio de corredeiras. Ressalte-se, ainda, o Último Tombo do Rio Machado, cachoeira visitada diariamente por turistas de todo o mundo.

O Pólo Guajará Mirim destaca-se pela pesca esportiva no Rio Mamoré e nos seus afluentes, pelas trilhas dentro da Floresta Amazônica, pelas visitas a comunidades caboclas e indígenas e pela visita à Bolívia para compras e hospedagem integrada à natureza.

Com sua beleza única, em função da fauna e da flora, é possível fazer um rapel de 120 metros num paredão na cordilheira dos Pacaás Novos, até o rio que leva o mesmo nome, lugar ideal para um mergulho em meio aos peixes da região.



► Qualidade de Vida

Uma das características marcantes da atual gestão está na qualidade de vida.



Neste aspecto, destaca-se o Plano FutuRO, com investimento de R\$ 1 bilhão pelo Governo de Rondônia, destinado a mais de 300 mil rondonienses que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, incluindo as famílias moradoras da região do Vale do Guaporé e as famílias extrativistas das reservas. O programa vai executar diversos projetos que contemplam ações de transferência de renda, acesso aos serviços públicos, inclusão produtiva e tecnológica, além do reforço a programas de enfrentamento à violência e à exploração sexual, à prevenção e ao combate do uso de drogas e à erradicação do trabalho infantil.

Os principais programas e ações do Plano FutuRO são:

Bolsa FutuRO - Parceria do Governo do Estado, por meio da SEAS, com o Ministério do Desenvolvimento Social, visando erradicar a extrema pobreza no estado de Rondônia por meio da transferência de renda, elevando a renda de mais de 35 mil famílias que vivem hoje com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês. Através desta iniciativa, o Governo do Estado vai complementar a renda do beneficiário do Programa Bolsa Família com valores que variam de R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). São beneficiários aqueles que, mesmo após receberem o benefício do Bolsa Família, continuam na linha da extrema pobreza.



Bolsa FutuRO Jovem - Uma parceria da SEAS com a SEDUC e com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade da população rondoniense. Manter sistema educacional regular aos jovens de 15 a 21 anos para concluírem o Ensino Médio, concedendo bolsas que serão depositadas anualmente em conta-poupança (R\$ 1.800,00 ao final de 3 anos), ao aluno beneficiário devidamente aprovado no ano letivo, como incentivo financeiro para as populações vulneráveis às drogas e à criminalidade, atendendo prioritariamente ao público extremamente pobre.

Morada Nova - Programa destinado tanto para a construção de casas populares, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, como para a construção de casas populares na áreas urbana e rural. A meta é superar as 5.359 unidades destinadas para Rondônia nos três anos de execução.



Outros destaques são: os **Restaurantes Comunitários**, a **Nota Legal Rondoniense** e o **Morada Legal**.



Aspectos Econômicos

A economia do estado de Rondônia tem como principais atividades a agricultura, a pecuária, a indústria alimentícia e o extrativismo vegetal e mineral.

Na última divulgação do PIB dos Estados pelo IBGE, o de 2011, Rondônia registrou a importância de R\$ 27,8 bilhões, um crescimento de 18,3% em relação ao ano anterior, enquanto que o nacional foi de apenas 2,7%.

Sua participação no PIB brasileiro passou para 0,67% e de 12,45% da Região Norte em 2011.

Região/Unidade Federada	PIB (1.000.000 R\$)	PIB <i>per capita</i> R\$)	◀ PIB dos Estados em 2011 Fonte: IBGE
Brasil	4.143.013	21.535,65	
Norte	223.538	13.888,49	
Rondônia	27.839	17.659,33	
Acre	8.794	11.782,59	
Amazonas	64.555	18.244,30	
Roraima	6.951	15.105,86	
Pará	88.371	11.493,73	
Amapá	9.968	13.105,24	
Tocantins	18.059	12.891,19	
Nordeste	555.325	10.379,55	
Sudeste	2.295.690	28.350,39	
Sul	672.049	24.382,79	
Centro-Oeste	396.411	27.829,64	

Quanto ao PIB per capita, Rondônia está na vigésima primeira colocação do País, com R\$ 17.659 em valor, ocupando, ainda, a segunda colocação na Região Norte, perdendo apenas para o Estado do Amazonas.

Em relação à exportação, em 2013, Rondônia apresentou um crescimento de 31%, em relação ao exercício anterior, conforme quadro a seguir.

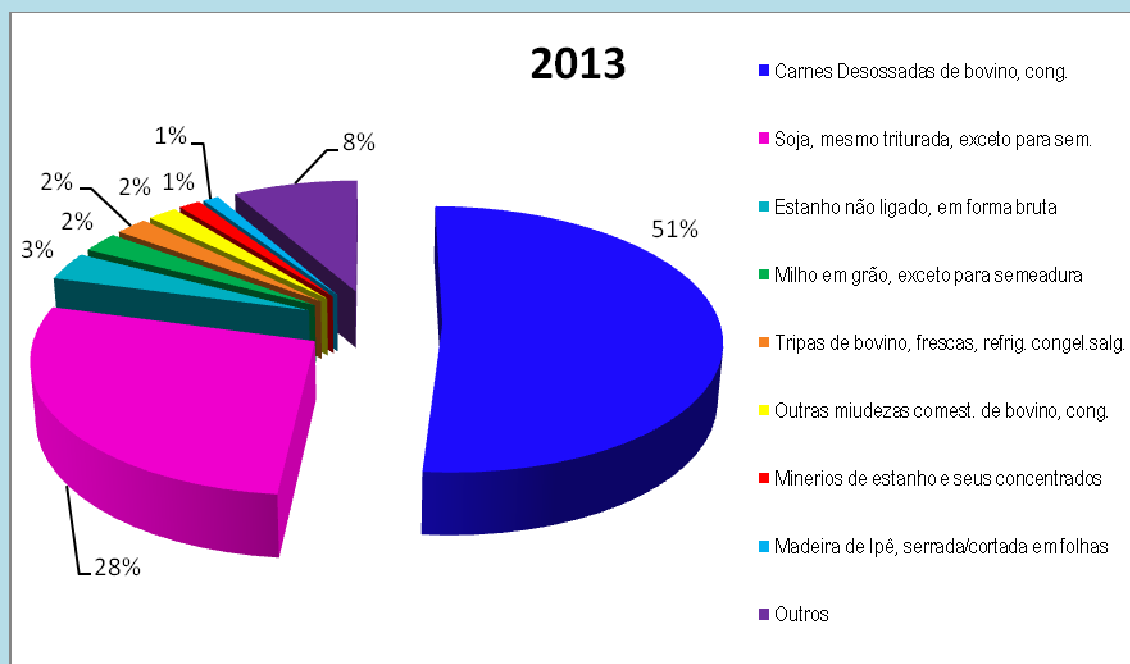
**Exportação
Brasileira -
Rondônia,
2012 e 2013**
Fonte: DEPLA/
SECEX/MDICE.

Produtos Exportados de Rondônia	2012 US\$	Δ%	2013 US\$
1º Carnes Des. de bovino, cong.	342.971.279	+56%	535.886.692
2º Soja, incl triturada, exc sem	259.887.823	+11%	288.104.635
3º Estanho não ligado, bruto	55.635.862	-36%	35.769.949
4º Milho em grão, exc sem.	12.753.153	+102%	25.732.613
5º Tripas de bovino, frescas, refrig. congel.salg.	17.551.787	+27%	22.324.693
6º Outras miudezas comest. de bovino, cong.	13.946.910	+46%	20.357.042
7º Minérios de estanho e seus concentrados	9.671.518	+56%	15.054.345
8º Madeira de Ipê, serrada/cortada	68.826	+15975%	11.063.762
--- Outros	7.205.196	+1101%	86.533.564
Total	793.023.888	31%	1.040.827.295

Da pauta de exportação, destaca-se a carne bovina congelada, a soja, o estanho bruto, o milho em grãos e miúdos comestíveis.

Conforme tabela anterior, a ascendência na proporção dos produtos foi registrada com maior destaque às carnes, milho em grãos, miúdos, minérios de estanho e madeira de ipê.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos principais produtos exportados por Rondônia em 2013.



▲ Principais Produtos Exportados, Rondônia, 2013.

Fonte: DLPA/SECEX/Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.



Aspectos Administrativos

O exercício de 2013 foi marcado como o “Ano da Reestruturação Administrativa”. Com a edição da Lei Complementar Estadual nº. 733, de 10 de outubro de 2013, o Estado efetuou corte de mais mil e oitocentos cargos comissionados, bem como dos maiores valores destes, conversão de CDSs em funções gratificadas, fusão de secretarias, entre outras medidas para a redução da máquina administrativa.

► AGIR

Insta ressaltar o trabalho das Agendas Integradas de Resultados – AGIR empreendido pela Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, mantendo a Governadoria em constante acompanhamento dos projetos prioritários de governo, nas áreas de: educação; saúde e saneamento; defesa e prevenção social; assistência social; emprego e renda; negócio; sustentabilidade; e gestão pública.

De acordo com a SEAE, os seguintes resultados destacam-se no triênio 2011 a 2013:

a) Educação

- 11.854 alunos atendidos com ações do projeto “Fortalecimento do Ensino Médio”;
- Implantação da educação integral em 20 escolas;
- Atendimento realizado a 9.864 estudantes, sendo 443 estudantes de 1º ao 5º ano do ensino fundamental regular em 15 escolas, e 9.421 estudantes de 6º ao 9º ano do ensino fundamental regular e EJA, em 170 escolas;
- Construção de 04 escolas-padrão, 15 escolas indígenas e 01 escola profissionalizante;
- Ampliação de 27 escolas e reforma de outras 16.
- Reforma e ampliação do Ginásio Poliesportivo Cláudio Coutinho em Porto Velho.

b) Saúde e Saneamento

- HOSPITAL DE BASE DR. ARY PINHEIRO
 - o Reforma e ampliação;
 - o Construção da UTI neonatal;
 - o Aquisição de equipamentos hospitalares.
- HOSPITAL E PRONTO SOCORRO ESTADUAL JOÃO PAULO II
 - o Estação de tratamento da rede de esgoto;
 - o Climatização;
 - o Pintura e revitalização;
 - o Implantação do serviço de tomografia computadorizada;
 - o Aquisição de equipamentos hospitalares
 - o Implantação de 35 leitos intensivos.
 - o Inauguração do Centro de Assistência Médica Intensiva (AMI 24h) e o Serviço de Assistência Multidisciplinar Domiciliar (SAMD), ambos localizados na zona sul de Porto Velho.
- HOSPITAL E PRONTO SOCORRO COSME DAMIÃO - HICD
 - o Pronto atendimento de urgência e emergência;
 - o Sala de reidratação e aplicação de medicamentos;
 - o Ala de internação – enfermaria;
 - o Intensiva IUTI – unidade de terapia infantil;

- o Brinquedoteca – sala pedagógica.
- FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS
 - o Construção da ala de internação – enfermaria;
 - o Construção de leitos para quimioterapia.
- REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ
- HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL
 - o Aquisição de equipamentos hospitalares;
 - o Reforma e ampliação.
- Construção e instalação do Centro de Referência em Prevenção e Atenção à Dependência em Vilhena, Ariquemes, Cacoal, Vilhena e (Porto Velho – Concluído).
- CAERD - Extensão da rede de distribuição de água – 76.406 metros

d) Defesa e Prevenção Social

- Implantação do sistema de abastecimento das viaturas por cartão;
- Implantação do sistema de manutenção da frota de viaturas;
- Redução no tempo de expedição das carteiras de identidade: Capital para 24 horas;
- Implantação do sistema de vídeo-monitoramento por câmeras em Porto Velho com 86 câmeras;
- Entrega de 01 semi-UTI resgate para o município de Ariquemes;
- Entrega de 05 Unidades (móveis) de Terapia Intensiva (UTI) com materiais de consumo pré-hospitalar;
- Entrega de 01 aeronave para socorro aeromédico;
- Redução do tempo de resposta das ocorrências para 8 minutos/limite em todo Estado.
- Assinatura dos contratos para construção das UNISP's nas localidades de Alvorada do Oeste, Buritis, Ouro Preto do Oeste, Cujubim, Machadinho, Porto Velho – sul, Espigão d'Oeste, Nova Brasilândia e Rolim de Moura.
- 218 presos classificados da Unidade Vale do Guaporé;
- 81% da obra concluída do Centro Socioeducativo de Ji-Paraná;
- Cadeia Pública de Vilhena entregue;
- 60% da obra concluída da penitenciária em Porto Velho - (contrapartida - 470 vagas);
- 75% da obra concluída da unidade prisional de 40 vagas no Presídio de São Miguel do Guaporé;
- 4.835 presos beneficiados com cursos de capacitação e projetos de ressocialização em 2011 e 4.752 em 2012;
- Mais de 50 reeducandos trabalham na limpeza do Cemitério Santo Antônio;
- 29 reeducandos da Colônia Penal foram os responsáveis pelo mutirão para limpeza e reparos na SEDAM.

e) Assistência Social

- Aquisição de 700 kits enxovais para distribuição a gestantes;
- Restaurante popular construído e equipado;
- Construção de 1.325 unidades habitacionais (urbana e rural);
- Transferência Bolsa Futuro 2012 – 13.585 famílias beneficiadas;
- Porta a Porta – busca ativa - 46.237 famílias entrevistadas;
- Morada Nova - 9.386 obras contratadas, 2.236 obras concluídas, entrega de 1.188 unidades habitacionais urbanas e 1.048 unidades habitacionais rurais.

f) Emprego e Renda

- Entrega de 7.289 títulos de propriedade e 1.600 lotes georreferenciados entregues;
- Usina de Calcário Félix Fleury com aproximadamente 98,33% das obras concluídas;
- Abertura de 09 agências (Banco do Povo);
- Operacionalização do microcrédito ao cidadão – R\$ 7.486.899,60 / 4.530 atendimentos;
- 15 novas empresas nos primeiros cinco meses de 2013 no Distrito Industrial de Porto Velho que recebe uma nova empresa a cada 10 dias. A soma do investimento dessas empresas no Estado é de R\$ 39 milhões com a geração de 700 empregos diretos e diversos empregos indiretos.

g) Negócio

- 5.000 títulos emitidos (regularização fundiária rural);
- Implantação de 72 agroindústrias;
- Inauguração da Usina de Concreto Betuminoso Usinado Quente (CBUQ), em Porto Velho para início da pavimentação urbana de 150 quilômetros previstos para a capital;
- 4,5 km de asfalto no bairro Floresta (Porto Velho);
- Recuperação de mais de 600 quilômetros de estradas municipais na região de Guajará-Mirim;
- Asfaltamento de 06 rodovias - 150 km;
- Aquisição de 10 usinas de asfalto, completas. 03 delas para produzir asfalto usinado.

h) Sustentabilidade

- 18.108 propriedades rurais cadastradas até dez/2013 (Cadastro Ambiental Rural – CAR);
- 17 municípios descentralizados e desburocratizados do licenciamento ambiental;
- Licenciamento Ambiental - 9.690 Licenças emitidas.

i) Gestão Pública

- Diagnóstico de 32 municípios para implantação das infovias;
- Data center em implantação;

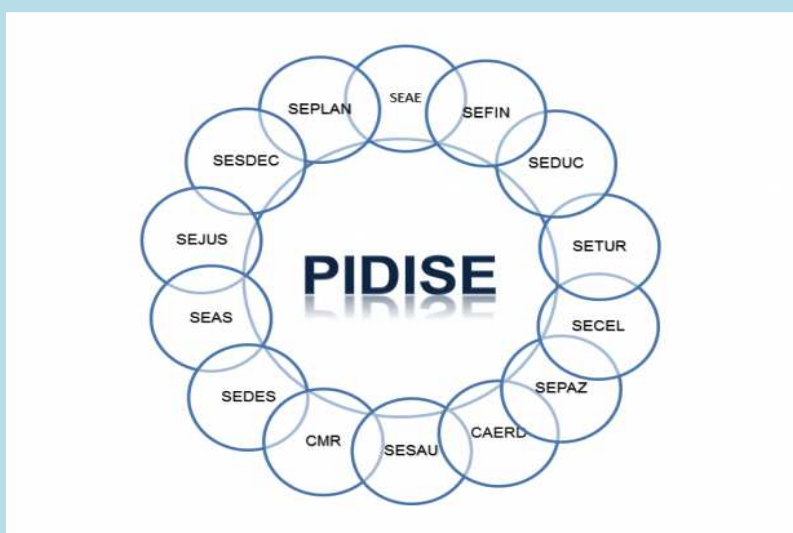
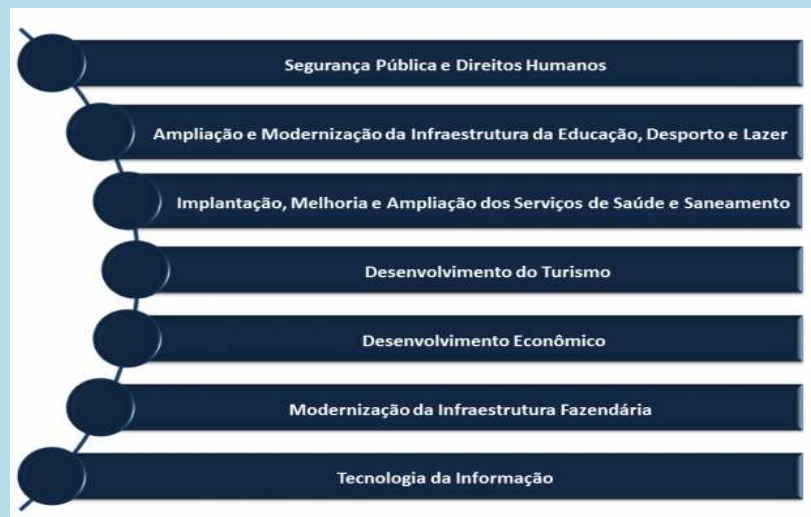
► PIDISE

O Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia – PIDISE tem por objetivo aumentar a capacidade de investimentos do Estado nas áreas consideradas estratégicas, principalmente saúde, educação, segurança pública e gestão, além de atuar como instrumento de integração entre os órgãos do setor público e privado.

Os recursos financeiros tomados pelo governo do Estado somam o valor de R\$ 450.843.366,00, oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para aplicação nas diretrizes abaixo:



Componentes beneficiados pelo PIDISE.



Secretarias envolvidas no processo.

► Contabilidade Estadual

Outra preocupação do governo do Estado foi o cumprimento das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos em 2013 pela Superintendência de Contabilidade, com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Rondônia GTCON/RO, que resultaram na implementação em janeiro de 2013 do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, atendendo de forma antecipada a prazos estipulado pela STN (2014).

Outras grandes conquistas foram alcançadas no órgão central de contabilidade, tais como: nomeação dos primeiros contadores do quadro efetivo do órgão; licenciamento do SIAFEM e contratação de sua manutenção técnica junto ao SERPRO; instauração de procedimentos administrativos para aquisição de softwares e hardwares para renovação do parque tecnológico; melhora significativa do ambiente de trabalho, após a mudança para o Centro Político Administrativo; e a conversão das informações contábeis para disponibilização eletrônica de dados para o TCER.



Aspectos Financeiros

Conforme o Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64), em 2013 a receita do Estado de Rondônia totalizou R\$ 6,289 bilhões (R\$ 5,888 bilhões em 2012), registrando o aumento de 6,81% em relação ao ano anterior.

As receitas tributárias representaram 49,02% do total arrecadado em 2013 e são divididas, para fins de evidenciação, em arrecadação própria e participação nas receitas da União. A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissões Causa Mortis e Doações - ITCD e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Taxas, incluídos os juros, as multas e dívida ativa. A participação nas receitas da União refere-se aos tributos arrecadados diretamente pelo Governo Federal, definidos em legislação como pertencentes ao Estado, quais sejam, a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a Cota Parte do IPI Exportação e a Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Das receitas arrecadadas, destaca-se o ICMS, a maior fonte de receita do Estado, que apresentou em 2013 um crescimento de apenas 2,16% em relação ao ano de 2012, abaixo da inflação do período. Entre os demais tributos, no mesmo período, somente o IRRF e o ITCD apresentaram acréscimo (15,27% e 33,06%, respectivamente). O IPVA e as taxas registraram decréscimo de 18,07% e 9,58%, respectivamente.

Outra fonte importante de receita do Estado são as participações nas receitas da União. Todavia, em 2013, houve queda nos repasses da CIDE (-96,98%) e do IOF (-27,51%). O FPE registrou o acréscimo de 7,25% e o IPI de 38,46%, enquanto que os repasses da Lei Kandir (compensação pela desoneração do ICMS das exportações) mantiveram-se no mesmo patamar de 2012, tendo em vista tratar-se de valor fixo.

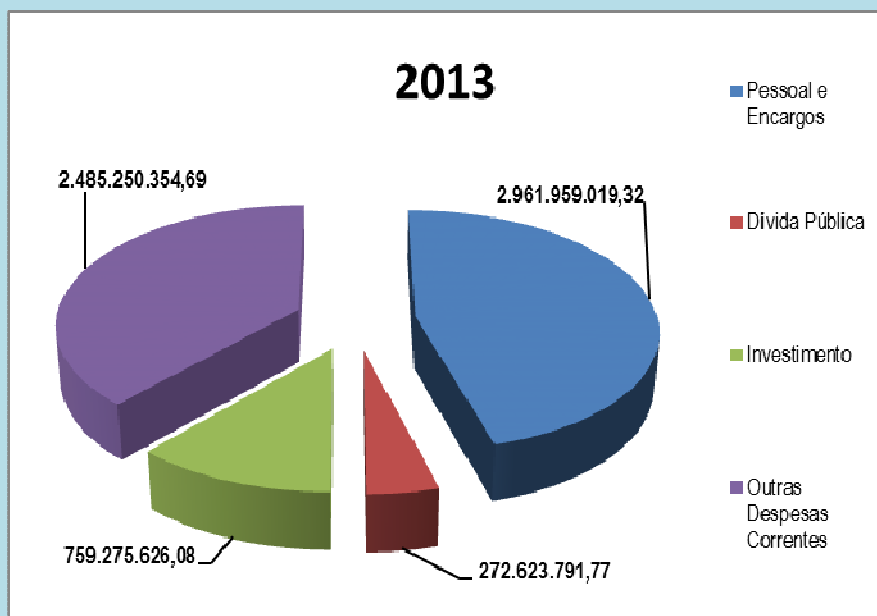
Conforme determinações constitucionais e legais, parte das receitas arrecadadas devem ser repassadas aos municípios rondonienses e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o que chamamos de “Deduções da Receita”. Além desses dois repasses, também são consideradas deduções as restituições de receitas aos contribuintes, em virtude de recolhimentos indevidos. Portanto, do total arrecadado em 2013, o Estado repassou aos municípios rondonienses R\$ 821 milhões e ao FUNDEB R\$ 806 milhões. Com isso, a receita líquida ficou em R\$ 4,838 bilhões.

As despesas de 2013 somaram R\$ 6,479 bilhões (5,920 bilhões em 2012), ou seja, R\$ 558 milhões a mais do que em 2012.

As despesas com pessoal, maior dispêndio do governo, somaram R\$ 2,962 bilhões, R\$ 5,47% a mais que em 2012. O segundo maior gasto é com o custeio dos serviços públicos, que fechou 2012 na casa de R\$ 2,485 bilhões, com acréscimo de 4,17% em relação a 2012.

O terceiro e de maior destaque em 2013 foram o total de investimentos, no montante de R\$ 759 milhões, apresentando um significativo acréscimo em relação a 2012, atingindo 69% a mais, conforme gráfico baixo.

**Despesa
por
Grupo e
Natureza**
Fonte: SIAFEM.



As despesas segregadas por **funções de governo** podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Funções de Governo	2011	2012	2013
LEGISLATIVA	218.620.886,34	255.070.096,47	283.186.284,07
JUDICIARIA	433.452.238,36	459.046.098,26	500.695.609,07
ESSENCIAL A JUSTICA	180.909.738,42	213.691.529,85	215.755.201,33
ADMINISTRACAO	645.425.271,28	694.543.330,68	680.465.938,49
SEGURANCA PUBLICA	723.022.753,45	825.191.464,04	879.637.933,58
ASSISTENCIA SOCIAL	31.795.186,73	37.494.520,93	9.175.717,41
PREVIDENCIA SOCIAL	204.389.919,17	273.521.882,52	303.602.361,83
SAUDE	693.520.596,21	732.231.440,71	915.668.277,19
TRABALHO	1.933.229,44	551.516,35	2.147.893,99
EDUCACAO	851.344.123,42	934.762.904,48	991.804.034,08
CULTURA	13.273.839,65	8.931.641,25	8.988.651,60
URBANISMO	6.625.723,73	6.809.818,31	-
HABITACAO	-	3.498.505,00	74.430.072,51
SANEAMENTO	3.072.806,37	-	4.949.133,72
GESTAO AMBIENTAL	29.137.175,05	10.388.354,32	8.831.418,68
CIENCIA E TECNOLOGIA	845.083,65	492.120,90	2.097.736,09
AGRICULTURA	100.548.648,60	150.518.927,67	151.026.906,62
ORGANIZACAO AGRARIA	-	6.233.153,14	2.831.220,00
INDUSTRIA	-	284.261,38	2.860,00
COMERCIO E SERVICOS	11.745.012,86	11.468.158,54	3.289.495,73
ENERGIA	298.806,46	-	-
TRANSPORTE	163.940.616,71	245.625.046,23	377.522.840,07
DESPORTO E LAZER	4.020.428,61	3.095.028,83	16.635.625,49
ENCARGOS ESPECIAIS	1.120.857.977,49	1.047.190.513,20	1.046.363.580,31
Total	5.438.780.062,00	5.920.640.313,06	6.479.108.791,86

**Despesas
por função de
governo.**
Fonte: SIAFEM/RO

No quadro acima, excluindo os Encargos Especiais - que registram as transferências a Municípios - observa-se que o foco dos gastos públicos estaduais, nos últimos três exercícios, concentra-se em Educação, Saúde e Segurança Pública.

► Cumprimento dos limites constitucionais e legais

O Estado de Rondônia, em 2013, cumpriu os limites mínimos constitucionais de saúde e educação, os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, bem como a meta de resultado nominal fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, demonstrando uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

Para fins de verificação da aplicação dos mínimos constitucionais de saúde e educação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos - RLI, que agrega todas as receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, deduzidos os repasses dos municípios.

Já para verificação dos limites estabelecidos na LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida, que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como: receitas tributárias, contribuições sociais, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços e transferências correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos Municípios e FUNDEB, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência. Em 2013, a RCL totalizou R\$ 4,851 bilhões (R\$ 4,789 bilhões em 2012), o que representou um tímido incremento de 1,3% em relação a 2012.

► Saúde

Em 2013, foram aplicados mais de R\$ 623 milhões (R\$ 576 milhões em 2012) em equipamentos, obras e manutenção dos hospitais públicos e em convênios com hospitais terceirizados, municipais, filantrópicos e organizações sociais.

Os gastos com investimentos e custeio dos serviços públicos estaduais de saúde, atingiram R\$ 409 milhões (R\$ 349 milhões em 2012). Já a folha de pagamento dos servidores da Saúde somou R\$ 387 milhões (R\$ 343 milhões em 2012).

Para fins de verificação do mínimo constitucional foram consideradas as despesas no valor de R\$ 623 milhões (R\$ 576 milhões em 2012), perfazendo um total de 14,72% da Receita Líquida de Impostos para o cálculo da aplicação na saúde (R\$ 4.235 milhões), ultrapassando o percentual mínimo de 12% no montante de R\$ 115 milhões.

► Educação

O governo estadual aplicou em 2013 o total de R\$ 1,116 bilhão (R\$ 1,061 bilhão em 2012) na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e na remuneração do magistério que beneficiaram aproximadamente 240 mil alunos.

Em 2013, foram repassados R\$ 599 milhões (R\$ 562 milhões em 2012) ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

da Educação – FUNDEB e a perda registrada foi de R\$ 207 milhões (R\$ 197 milhões em 2012).

Na apuração do mínimo constitucional são considerados os recursos aplicados provenientes dos impostos mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB e repasse - educação, excluídas as regularizações de competência. Dessa forma, foram consideradas despesas da Educação no valor de R\$ 1,116 bilhão, perfazendo um total de 26,37% da receita líquida de impostos (R\$ 4.235 bilhões), ultrapassando o percentual mínimo de 25% no montante de R\$ 57 milhões.

► Operações de Crédito

As operações de crédito contratadas pelo Estado não podem ser superiores a 16% da RCL, conforme a Resolução do Senado nº 43/2001. Em 2013, o Estado recebeu liberações de operações de crédito no montante de R\$ 347 milhões, o que representou 7,16% da RCL, conforme segue:

Operações de Crédito, Liberações 2013 Fonte: GCDP/ SEFIN-RO.	CONTRATO	VALORES (R\$)	RCL (R\$)	% da RCL
	PROINVESTE - PRODESIN - CT86	318.437.139,00	4.851.853.477,19	6,56%
	PROFISCO - CT87	2.503.077,95		0,05%
	PEF 2 - CT84	26.387.877,11		0,54%
	TOTAL	347.328.094,06		7,16%

► Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal do Poder Executivo, em 2013, alcançou 46,60% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite prudencial, entretanto, ainda abaixo do limite máximo.

Ressalte-se que, conforme consignado anteriormente, entre janeiro de 2011 e dezembro 2013, o Governo repôs perdas salariais dos anos anteriores, o que representou um acréscimo percentual das despesas de pessoal acima do registrado da Receita Corrente Líquida, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2010	Δ%	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
RCL	3.715.154.433,38	21%	4.480.601.857,73	7%	4.789.361.242,98	1%	4.851.853.477,19
Despesas Com Pessoal	1.478.924.894,24	19%	1.761.272.218,84	19%	2.097.860.820,84	8%	2.260.920.019,35
Limite Prudencial	1.729.404.388,74	21%	2.085.720.164,77	7%	2.229.447.658,61	1%	2.258.537.793,63
Limite Máximo	1.820.425.672,36	21%	2.195.494.910,29	7%	2.346.787.009,06	1%	2.377.408.203,82
% Máximo	49,00%	0%	49,00%	0%	49,00%	0%	49,00%
% Atingido	39,81%	-1%	39,31%	11%	43,80%	6%	46,60%

 **Despesa com Pessoal – Poder Executivo, RO, 2010 a 2013.**
Fonte: SIAFEM/RO.

Ressalte-se que os valores constantes na tabela acima foram apurados em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro

Nacional, 5ª edição, aprovado pela Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012 (Ver Nota Explicativa nº 13).

Entretanto, ao realizar a apuração com base no Parecer nº 56/2002-TCER e Parecer Prévio nº 107/2001-TCER, a Despesa com Pessoal do Poder Executivo Estadual não ultrapassa o limite prudencial, alcançando 45,04% da RCL, conforme quadro a seguir.

Receita Corrente Líquida	2013
RCL	4.851.853.477,19
Imposto de Renda Total	217.716.921,88
RCL Ajustada ao Parecer	4.634.136.555,31
Despesas Com Pessoal – Poder Executivo	2.260.920.019,35
Imposto de Renda – Poder Executivo	173.744.830,48
Despesas Com Pessoal Ajustada ao Parecer – Poder Executivo	2.087.175.188,87
% Atingido	45,04%

◀ **Despesas com Pessoal do Poder Executivo Apurada Conforme Parecer nº 56/2002-TCE/RO e Parecer Prévio 107/2001-TCE/RO.**
Fonte: SIAFEM/RO.

► Dívida Consolidada Líquida

A Resolução do Senado nº 40/2001 estabelece que a Dívida Consolidada Líquida - DCL dos Estados não poderá ser superior a 200% da Receita Corrente Líquida – RCL. Em 2013, o percentual da DCL do Estado de Rondônia em relação à RCL foi de 65,85%.

► Resultado Primário

A análise do resultado primário indica quanto o ente público depende de capital de terceiros para manter ou custear suas despesas.

Superávits primários são direcionados para o pagamento de serviços da dívida (principal mais juros) e contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Primário para 2013 em R\$ 159 milhões, contudo, o resultado apresentado foi um Déficit Primário de R\$ 382 milhões, ou seja, R\$ 541 milhões abaixo da meta. Isso aconteceu porque o resultado primário considera somente as receitas arrecadadas no ano menos as despesas realizadas, sejam elas custeadas por recursos provenientes da arrecadação do ano ou do superávit financeiro do exercício anterior.

Ademais, na metodologia, ao passo que as receitas de operações de crédito são excluídas, as despesas custeadas com estas não são deduzidas.

► Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e exercício atual.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Nominal para 2013 em R\$ 58,38 milhões negativo, ou seja, a LDO fixou uma meta de redução da Dívida Fiscal

Líquida. Já no exercício financeiro de 2012, a meta da LDO era um crescimento da Dívida Fiscal Líquida em R\$ 110,397 milhões.

O resultado alcançado em 2013 foi o aumento da Dívida Fiscal Líquida no montante de R\$ 1,121 bilhão.



2013 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Lei 4.320/64

Superintendência de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2013

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	2.449.850.177,21	PASSIVO CIRCULANTE	608.013.014,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	933.678.605,94	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	164.723.232,06
Créditos a Curto Prazo	6.891.822,85	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	239.856.242,45
Créditos Tributários a Receber	840.774,52	Demais Obrigações a Curto Prazo	203.433.540,24
Dívida Ativa Tributária	6.026.378,34		
Dívida Ativa não Tributária - Clientes	24.669,99		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	126.246.730,13		
Investimentos e Aplicações Temp. a Curto Prazo	871.499.994,96		
Estoques	511.533.023,33		
ATIVO NAO-CIRCULANTE	10.094.896.356,27	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	5.128.727.730,09
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.982.359.533,51	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	
Créditos a Longo Prazo	4.948.497.679,94	Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	4.759.026,14
Dívida Ativa Tributária	4.925.712.320,02	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.564.525.336,38
Dívida Ativa não Tributária – Clientes	215.692,89	Fornecedores a Longo Prazo	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	22.569.667,03	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		Provisões a Longo Prazo	872.767.948,06
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	33.861.853,57	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.686.675.419,51
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		Resultado Diferido	
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos	224.315.044,73	TOTAL DO PASSIVO	5.736.740.744,84
Participações Permanentes	224.315.044,73		
Participações Avaliadas pelo Método de Eq. Pat	224.315.044,73	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	4.886.786.812,97	Especificação	Exercício Atual
Bens Móveis	1.128.976.102,31	Resultados Acumulados	6.808.005.788,64
Bens Imóveis	3.757.810.710,66	Superávit ou Déficits do Exercício	-825.164.890,74
Intangível	1.434.965,06	Superávit ou Déficits de Exer. Anteriores	7.782.607.563,17
Softwares	1.434.965,06	Ajustes de exercícios anteriores	-149.436.883,79
TOTAL	12.544.746.533,48	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.808.005.788,64
		TOTAL	12.544.746.533,48

ATIVO FINANCEIRO	933.678.605,94	PASSIVO FINANCEIRO	1.013.956.729,79
ATIVO PERMANENTE	11.611.067.927,54	PASSIVO PERMANENTE	5.301.145.798,58
SALDO PATRIMONIAL			6.229.644.005,11

Compensações

Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres	48.395.932,42	Obrigações conveniadas e outros inst. congêneres	561.095.589,20
Execução de Garantias e Cont. recebidas	4.063.606,83	Obrigações Contratuais	1.755.361.016,80
TOTAL	52.459.539,25	TOTAL	2.316.456.606,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DO RECURSO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Ordinária	-181.286.429,85
Vinculada	101.008.306,00
Cota-parte Salário Educação	-2.245.702,54
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	3.861.928,19
Recursos do FUNDEB	-37.087.602,26
Sistema Único de Saúde	13.594.294,43
Operações de Crédito	-157.140.192,38
Fundo Nacional de Assistência Social	2.677.548,88
Recursos Arrecadados diretamente pelas entidades	29.812.523,79
Convênios	102.046.067,20
Outros Recursos Vinculados	145.489.440,69
TOTAL	-80.278.123,85

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 2013

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	6.501.273.217,00	6.772.270.445,37	5.912.676.820,99	-859.593.624,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.828.879.542,00	2.830.089.542,00	2.654.014.631,58	-176.074.910,42
Impostos	2.757.432.806,00	2.757.432.806,00	2.576.004.800,18	-181.428.005,82
Taxas	71.446.736,00	72.656.736,00	78.009.831,40	5.353.095,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	366.689.310,00	366.689.310,00	324.472.229,31	-42.217.080,69
Contribuições Sociais	366.689.310,00	366.689.310,00	324.022.229,31	-42.667.080,69
Econômico	-	-	450.000,00	450.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	152.249.129,00	152.249.129,00	117.155.907,88	-35.093.221,12
Receitas Imobiliárias	-	-	22.814,81	22.814,81
Receitas de Valores Mobiliários	151.989.129,00	151.989.129,00	116.789.331,51	-35.199.797,49
Receita da Cessão de Direitos	260.000,00	260.000,00	285.000,00	25.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	58.761,56	58.761,56
RECEITA DE SERVIÇOS	145.591.074,00	173.571.074,00	177.545.238,05	3.974.164,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.580.401.541,00	2.822.120.769,37	2.342.112.684,50	-480.008.084,87
Transferências Intergovernamentais	2.544.732.349,00	2.652.728.554,45	2.327.116.081,02	-325.612.473,43
Transferências de Instituições Privadas	-	15.040.500,00	-	-15.040.500,00
Transferências de Convênios	35.669.192,00	154.351.714,92	14.996.603,48	-139.355.111,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	427.462.621,00	427.550.621,00	297.376.129,67	-130.174.491,33
Multas e Juros de Mora	59.410.945,00	59.410.945,00	94.107.673,91	34.696.728,91
Indenizações e Restituições	68.782.185,00	68.782.185,00	15.499.170,68	-53.283.014,32
Receita da Dívida Ativa	52.219.141,00	52.219.141,00	36.380.812,44	-15.838.328,56
Receitas Correntes Diversas	247.050.350,00	247.138.350,00	151.388.472,64	-95.749.877,36
RECEITAS DE CAPITAL	59.879.677,00	927.494.546,04	376.847.649,51	-550.646.896,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	32.701.322,00	846.109.756,50	347.328.094,06	-498.781.662,44
Operações de Crédito Internas	32.701.322,00	846.109.756,50	347.328.094,06	-498.781.662,44
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	976.886,00	976.886,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	976.886,00	976.886,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	15.000,00	15.000,00	10.039,07	-4.960,93
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.163.355,00	81.369.789,54	28.532.630,38	-52.837.159,16
Transferências Intergovernamentais	-	-	4.895.904,00	4.895.904,00
Transferências de Convênios	27.163.355,00	81.369.789,54	23.636.726,38	-57.733.063,16
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	6.561.152.894,00	7.699.764.991,41	6.289.524.470,50	-1.410.240.520,91
REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	6.561.152.894,00	7.699.764.991,41	6.289.524.470,50	-1.410.240.520,91
DÉFICIT (IV)	-	250.233.215,67	189.584.321,36	
TOTAL (V) = (III + IV)	6.561.152.894,00	7.949.998.207,08	6.479.108.791,86	-1.470.889.415,22
Superávit Financeiro		250.233.215,67		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	5.748.390.932,00	6.073.301.417,23	5.573.044.657,64	5.359.028.419,78	5.220.939.317,29	500.256.759,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.960.052.399,61	3.068.853.376,59	2.961.959.019,32	2.956.713.952,49	2.883.933.286,98	106.894.357,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	69.276.000,00	126.563.892,09	125.835.283,63	125.835.283,63	125.835.283,63	728.608,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.719.062.532,39	2.877.884.148,55	2.485.250.354,69	2.276.479.183,66	2.211.170.746,68	392.633.793,86
DESPESAS DE CAPITAL	649.060.980,00	1.750.211.754,30	906.064.134,22	541.718.588,55	475.528.451,47	844.147.620,08
INVESTIMENTOS	577.917.343,00	1.582.307.306,13	759.275.626,08	395.423.117,79	329.232.980,71	823.031.680,05
INVERSÕES FINANCEIRAS	4.257.637,00	21.114.268,19	-	-	-	21.114.268,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	66.886.000,00	146.790.179,98	146.788.508,14	146.295.470,76	146.295.470,76	1.671,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	163.700.982,00	126.485.035,55	-	-	-	126.485.035,55
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	6.561.152.894,00	7.949.998.207,08	6.479.108.791,86	5.900.747.008,33	5.696.467.768,76	1.470.889.415,22
REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) =(VI + VII)	6.561.152.894,00	7.949.998.207,08	6.479.108.791,86	5.900.747.008,33	5.696.467.768,76	1.470.889.415,22
SUPERÁVIT (IX)		-	-	-	-	
TOTAL (X) = (VII + IX)	6.561.152.894,00	7.949.998.207,08	6.479.108.791,86	5.900.747.008,33	5.696.467.768,76	1.470.889.415,22

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	I N S C R I T O S		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)				(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	12.599.383,21	160.206.910,16	104.303.540,56	99.002.996,50	68.502.752,81	5.300.544,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.622,54	8.742.326,70	8.348.112,75	8.348.112,75	395.836,49	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	238.633,38	220.277,12	220.277,12	18.356,26	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.597.760,67	151.225.950,08	95.735.150,69	90.434.606,63	68.088.560,06	5.300.544,06
DESPESAS DE CAPITAL	65.660.798,14	175.909.115,10	89.159.651,21	75.545.025,53	152.410.262,03	13.614.625,68
INVESTIMENTOS	65.660.798,14	175.752.004,42	89.002.540,53	75.387.914,85	152.410.262,03	13.614.625,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	157.110,68	157.110,68	157.110,68	-	-
TOTAL	78.260.181,35	336.116.025,26	193.463.191,77	174.548.022,03	220.913.014,84	18.915.169,74

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	I N S C R I T O S		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)			(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	8.103.753,60	143.543.184,31	126.413.240,42	12.239.535,51	12.994.161,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	358.609,58	27.551.278,49	24.195.641,81	1.880.134,13	1.834.112,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.745.144,02	115.991.905,82	102.217.598,61	10.359.401,38	11.160.049,85
DESPESAS DE CAPITAL	608.986,73	47.586.527,34	42.296.597,57	2.231.245,34	3.667.671,16
INVESTIMENTOS	608.986,73	47.586.527,34	42.296.597,57	2.231.245,34	3.667.671,16
TOTAL	8.712.740,33	191.129.711,65	168.709.837,99	14.470.780,85	16.661.833,14

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2013

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	6.289.524.470,50	Despesa Orçamentária (VI)	6.479.108.791,86
Ordinária	5.064.045.965,55	Ordinária	4.392.305.042,33
Vinculada	2.031.692.177,70	Vinculada	2.086.803.749,53
Convênios	41.807.400,09	Convênios	59.093.199,22
Cota-Parte - Educação	27.166.463,89	Cota-Parte - Educação	30.800.062,70
Sistema Único de Saúde	146.615.666,23	Sistema Único de Saúde	184.308.502,66
Operações de Crédito	358.439.180,45	Operações de Crédito	416.715.930,82
Outros recursos Vinculados	1.457.663.467,04	Outros recursos vinculados	1.395.886.054,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-806.213.672,75		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	5.297.487.842,09	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	5.397.780.560,92
Cotas Recebidas	931.268.001,95	Cotas Concedidas	880.145.000,31
Repasse Recebidos	3.180.830.522,73	Repasse Concedidos	3.196.117.156,42
Recursos Arrecadados Recebidos/Internos	716.859.829,18	Recursos Arrecadados Concedidos/Internos	703.339.229,18
Correspondência de Débitos	468.526.513,61	Correspondência de Créditos	55.474.358,92
Transferências Recebida Entre UG/Órgão	2.974,62	Precatórios TJ	37.376.554,12
		Devolução de Transferências Recebidas	3.158.463,66
		Transferências Concedidas Entre UG/Órgão	2.974,62
		Movimento de Fundos a Crédito	413.454.657,69
		Perdas Financeiras	4.788,95
		Valores Diferidos	5.254.001,07
		Perdas em Investimentos Temporários	103.453.375,98
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.774.450.135,10	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	5.285.382.263,35
Inscrição RPP do Exercício	204.279.239,57	RPP pagos do Exercício Anterior	167.528.884,52
Inscrição RPNP do Exercício	578.361.783,53	RPNP pagos do Exercício Anterior	166.122.626,65
Valores restituíveis	980.998.954,50	RPP pagos de Exercícios Anteriores	1.180.953,47
Haveres Financeiros	3.976.149.630,34	RPNP pagos de Exercícios Anteriores	8.425.395,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	34.573.793,83	Valores Restituíveis - Pagamentos	932.099.852,19
Ingressos Diferidos	86.733,33	Haveres Financeiros	3.978.481.290,65
		Ajustes de Exercícios Anteriores	31.543.260,49
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	1.605.987.769,34	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	1.805.178.600,90
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	18.967.450.217,03	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	18.967.450.217,03

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2013

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.706.324.161,34	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.531.489.052,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.086.110.099,76	Pessoal e Encargos	3.155.134.426,55
Impostos	3.005.077.345,40	Remuneração a Pessoal	2.604.477.658,22
Taxas	81.032.754,36	Encargos Patronais	251.416.970,45
Contribuições	323.471.503,66	Benefícios a Pessoal	256.651.155,18
Contribuições Sociais	323.471.503,66	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	42.588.642,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	178.004.832,87	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	311.197.579,83
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	178.004.832,87	Aposentadorias e Reformas	242.548.967,88
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	632.875.194,19	Pensões	61.736.376,18
Juros e Encargos de Mora	64.232.714,42	Benefícios Eventuais	6.888.038,48
Remuneração de Depósitos Banc. e Aplicações Financeiras	116.488.714,55	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.197,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	452.153.765,22	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	612.989.915,87
Transferências e Delegações Recebidas	8.806.997.888,29	Uso de Material de Consumo	85.325.724,90
Transferências Intragovernamentais	6.057.030.138,96	Serviços	527.664.190,97
Transferências Intergovernamentais	2.749.520.904,90	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.336.836.808,49
Transferências das Instituições Privadas	445.881,29	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	125.835.283,63
Transferências de Pessoas Físicas	963,14	Juros e Encargos de Mora	5.454,53
Valorização e Ganhos Com Ativos	53.390.826,41	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	1.210.996.070,33
Ganhos com Alienação	976.886,00	Transferências e Delegações Concedidas	7.889.540.209,89
Ganhos com Incorp. de Ativos por Descob. e Nascimento	52.413.940,41	Transferências Intragovernamentais	6.037.387.670,75
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.625.473.816,16	Transferências Intergovernamentais	1.701.322.282,16
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	3.409.453.266,27	Transferências a Instituições Privadas	150.830.256,98
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	216.020.549,89	Desvalorização e Perda de Ativos	22.180.899,23
		Perdas Involuntárias	22.180.899,23
		Tributárias	50.163.563,64
		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	748.028,67
		Contribuições	49.415.534,97
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.153.445.648,58

	Premiações	1.518.231,05
	Incentivos	534.313,64
	VPD de Constituição de Provisões	3.552.747.904,14
	Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	598.645.199,75
Resultado Patrimonial do Período		-825.164.890,74

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	
(Decorrentes da execução orçamentária)	
Incorporação de ativo	395.423.117,79
Desincorporação de passivo	146.295.470,76
Incorporação de passivo	347.328.094,06
Desincorporação de ativo	976.886,00

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2013

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Inscrição	Pagamento/Cancelamento	Reclassificação	Saldo para o Exercício Seguinte
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	(a)	(b)	(c)	(d)	e=(a+b-c+d)
Restos a Pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	191.129.711,65	204.279.239,57	179.356.336,17	-11.773.375,48	204.279.239,57
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	8.712.740,33	0,00	3.824.282,67	11.773.375,48	16.661.833,14
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	336.116.025,26	578.361.783,53	323.860.149,08	-12.255.876,18	578.361.783,53
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	78.260.181,35	0,00	71.600.887,79	12.255.876,18	18.915.169,74
Subtotal>>>	614.218.658,59	782.641.023,10	578.641.655,71	-	818.218.025,98

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Retenções	Recolhimento	Reclassificação	Saldo para o Exercício Seguinte
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Valores Restituíveis	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c + d)
Valores restituíveis Consolidação	61.565.543,57	495.197.904,71	483.562.862,59	-	73.200.585,69
Valores restituíveis Intra OFSS	18.593.626,93	207.712.560,04	185.032.327,99	-	41.273.858,98
Valores restituíveis Inter OFSS - União	65.442.665,39	267.806.026,57	254.956.094,57	-	78.292.597,39
Valores restituíveis Inter OFSS - Estados	0,00	684.691,20	684.691,20	-	0,00
Valores restituíveis Inter - OFSS - Municípios	1.640.268,61	9.195.268,98	7.863.875,84	-	2.971.661,75
Subtotal>>>	147.242.104,50	980.596.451,50	932.099.852,19	-	195.738.703,81
Total Geral>>>>	761.460.763,09	1.763.237.474,60	1.510.741.507,90	-	1.013.956.729,79



2013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Notas Explicativas

1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e, atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei Estadual nº 15.723/11.

Diante das limitações existentes, buscou-se apresentar as demonstrações contábeis de forma a atender à Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 4ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

Esta Portaria foi alterada pela Portaria STN nº 753, de 21/12/2012, a qual estabelece o ano de 2014 como prazo limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e, também, determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais, que abrangem:

I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;

II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;

III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;

IV - registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;

V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e

VI - Implementação do sistema de custos.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Contabilidade em resultaram na implementação, em janeiro de 2013, do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, atendendo de forma antecipada ao prazo estipulado pela Portaria STN nº 828/11.

Quanto aos demais procedimentos acima relacionados, estes foram objeto de estudo e debate pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Rondônia GTCON/RO. Os referidos trabalhos estão programados para continuidade no decorrer

de 2014, com a proposta de elaboração de manual de procedimentos específicos ao Estado para implementação pela SEFIN e acompanhamento pelo Grupo.

No tocante ao patrimônio, cabe destacar o trabalho conjunto do Estado com o Tribunal de Contas do Estado, para aquisição e customização de Sistema Integrado (*E-cidades*), com módulo de gestão patrimonial, para avaliação, registro e evidenciação da depreciação, amortização e exaustão.

Quanto à adoção de sistema de custos, o Estado está avaliando a sistemática federal, juntamente com o GTCN/RO e as práticas nos demais estados federados para escolha e implementação em Rondônia.

Ressaltamos que as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente e, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas contidas neste Relatório Técnico foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios – SIAFEM e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou

avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

d) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

e) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A reavaliação e a redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação são objeto de estudo pelo GTCON/RO, para elaboração de manual de procedimentos e implementação após customização do *E-cidades*.

f) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação são objeto de estudo pelo GTCON/RO, para elaboração de manual de procedimentos e implementação após customização do *E-cidades*.

g) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

h) Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio de previdência dos servidores; da Cota-Parte do Salário Educação; da Cota-Parte da CIDE; da Cota-Parte Recursos Hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB.

i) Receita Corrente Líquida – RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida - RCL foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais aos municípios, o repasse ao FUNDEB e as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS.

Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

A metodologia apresentada da Receita Corrente Líquida segue os parâmetros estabelecidos pela STN. Entretanto, em nota, a Superintendência de Contabilidade informa a Receita Corrente Líquida apurada em conformidade com a Instrução Normativa nº 002/2013/SUPER/SEFIN-RO, uma vez que as transferências a regularizar afetam diversos cálculos dependentes da RCL.

j) Receita Líquida Real – RLR

A Lei Federal nº 9.496/97 proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da Federação e estabeleceu o conceito de Receita Líquida Real – RLR, demonstrativo elaborado com base nas Receitas do Tesouro arrecadadas que serve como base de cálculo para o pagamento da Dívida Pública renegociada (intralimite).

k) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI e Exportação e ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.

3 Precatórios

Os precatórios são as requisições de pagamento emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela.

O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia e outros casos excepcionais.

Desde a edição da Emenda Constitucional - EC nº 62/2009, o Estado optou por transferir o percentual de 1,5% sobre a Receita Corrente Líquida, nos moldes da referida emenda.

Os precatórios são gerenciados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior à 05/05/2000 decorre da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada, para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

4 Dívida Pública Estadual

O quadro a seguir demonstra o acompanhamento da dívida pública por contrato:

ESPECIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	Saldo Devedor Final	Saldo Devedor Final	Variação	Observações
	31-dez-12	31-dez-13	%	%
01. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.991.286.165,75	2.258.172.939,97	13,40%	
CONTRATOS CEF	157.748,70	0,00	-100,00%	
1 CT 83.606-42 (Cj. Hab. Pimenta Bueno - 1ª etapa)	72.114,93	0,00	-100,00%	Contratos encerrados.
2 CT 83.613-80 (Cj. Hab. Pimenta Bueno - 2ª etapa)	85.633,77	0,00	-100,00%	
CONTRATOS LEI 8.727/93	78.992.073,29	44.580.303,13	-43,56%	
3 GERO CT5	7.846.137,29	1.066.438,56	-86,41%	
4 COHAB CT6	63.813.989,55	40.699.623,84	-36,22%	Não deduzido contabilmente em 2013 R\$ 513 mil que foram pagos em débito na conta 22.543-6 (FPE). Regularizado em 2014.
5 BCI CT7	4.772.950,70	679.544,03	-85,76%	
6 BERON - HABITAÇÃO CT8	2.558.995,75	2.134.696,70	-16,58%	
CONTRATOS LEI 9.496/97	1.656.656.173,45	1.674.812.541,89	1,10%	
7 LIQUIDAÇÃO DO BERON + AROS	1.656.656.173,45	1.674.812.541,89	1,10%	
CONTRATOS EM DÓLAR	4.131.193,81	3.154.546,04	-23,64%	
8 BID - PNAFE (Modernização Tecnológica da SEFIN)	4.131.193,81	3.154.546,04	-23,64%	
OUTROS CONTRATOS	251.348.976,50	535.625.548,91	113,10%	
9 CAMINHO DA ESCOLA - BNDES CT82	3.692.756,36	2.662.219,88	-27,91%	
10 PROINVESTE - PRODESIN CT86	0,00	318.437.139,00		Liberação em 2013 de Operações de Crédito.
11 PROFISCO CT87	0,00	2.503.077,95		
12 PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO 1 CT81	89.160.666,80	75.082.666,88	-15,79%	
13 DV. ALE JUNTO IPERON	26.363.935,84	24.478.607,68	-7,15%	
14 CT 228.681-52 Saneamento Para Todos CT80	13.980.185,77	13.426.277,53	-3,96%	
15 PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO 2 CT84	13.912.500,00	13.492.704,41	-3,02%	Não contabilizado na UG 1402 o valor de 26.387.877,11. Foi registrado na UG 14020 e regularizado em março de 2014.
16 PIDISE/ BNDES CT85	0,00	0,00		

17	INSS - (Parcelamento de Contribuições Vencidas)	104.238.931,73	85.542.855,58	-17,94%	
02.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	59.206.805,63	444.687.751,36	651,08%	
	DÍVIDA EM DÓLAR	18.877.067,01	17.936.568,72	-4,98%	
18	BIB (CAERD)	68.116,64	0,00	-100,00%	Contrato encerrado.
19	DMLP (Contrato 10/12883-2 - CAERD)	18.808.950,37	17.936.568,72	-4,64%	
	OUTROS CONTRATOS ADM. INDIRETA	40.329.738,62	426.751.182,64	958,16%	
20	PAES/PASEP - DEVOP	165.893,99	0,00	-100,00%	Contrato encerrado.
21	PAES/INSS -DEVOP	2.418.104,00	1.976.655,16	-18,26%	
22	REFIS/CEPRORD	21.522.686,51	21.471.241,57	-0,24%	
23	PAES/INSS - CMR 1	209.585,04	168.238,18	-19,73%	
24	BERON REFIS LEI 12.868/13 - CT88	0,00	10.838.298,38		- Já incluído o item 33 - BERON/INSS/PAEX Lei 11.941/09.
25	CEPRORD REFIS LEI 12.868/13 - CT89	0,00	14.934.566,57		Parcelamento de débitos anteriores.
26	IPERON-02713/2013	0,00	20.052.135,84		
27	IPERON-02714/2013	0,00	191.924.495,24		
28	IPERON-02756/2013	0,00	75.353.379,69		
29	IPERON-02757/2013	0,00	75.352.637,47		
30	FGTS/CEPRORD/PARCEL	248.447,20	158.378,99	-36,25%	
31	CDHUR REPARCELAMENTO Lei 11.941/09	342.259,09	229.237,41	-33,02%	
32	BERON REPARCELAMENTO	6.374.261,33	5.472.695,45	-14,14%	
33	BERON/INSS/PAEX Lei 11.941/09	8.096.734,16	8.096.734,16	0,00%	Dívida refinanciada e incluída no item 24. Valor em duplicidade. Regularizado em 2014.
34	CDHUR/INSS/PAEX	951.767,30	722.488,53	-24,09%	
	TOTAL	2.050.492.971,38	2.702.860.691,33	31,82%	

Dos valores acima, destacam-se as seguintes observações:

Item 4 - COHAB CT6: Em 2013, foi debitado o montante de R\$ 513 mil, identificado e regularizado em 2014. Assim, o saldo devedor real, em 31/12/2013, referente a este contrato, é de R\$ 40.186.344,73.

Item 15 - PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO 2 CT84 – Foram lançados na UG 140020 (DER), por meio da Nota de Lançamento 2013NL03025 o valor de R\$ 26.387.877,11, referente à liberação parcial do contrato, identificados e regularizado em 2014 na UG 14002 (RS SEFIN). Assim, o saldo devedor real, em 31/12/2013, referente a este contrato, é de R\$ 39.880.581,52.

Itens 24 e 33 - BERON REFIS LEI 12.868/13 - CT88 e BERON/INSS/PAEX Lei 11.941/09 – Dívida referente ao item 33 foi refinanciada e incluída no item 24, estando no demonstrativo como valor em duplicidade no montante de R\$ 8.096.734,16. Assim, o saldo devedor real, em 31/12/2013, do item 33 é zerado (R\$0,00).

Totais - Considerando as observações acima, o totalizador real, em 31/12/2013, é de R\$ 2.720.638.554,17, com variação positiva de 32,68%. Os principais fatos a serem ressaltados, em relação a tal variação, são:

- a) o reconhecimento de passivos anteriores junto ao IPERON, no montante de R\$ 362 milhões;
- b) o reconhecimento de dívidas do CEPRORD e refinanciamento de passivos do BERON, no montante de R\$ 25 milhões;
- c) a liberação de operações de créditos no montante de R\$ 346 milhões (PROFISCO, PROINVEST e PEF II – itens 10, 11 e 15).

5 Serviço da Dívida

O quadro abaixo representa a estratificação dos pagamentos de dívida pública nos últimos três exercícios.

ESTRATIFICAÇÃO	2011	Δ %	2012	Δ %	2013
Principal	198.157.977,68	-22,2%	154.177.065,66	-5,1%	146.295.470,76
Juros	124.631.273,74	-5,7%	117.508.294,58	6,1%	124.677.177,10
Encargos	1.254.020,69	-3,0%	1.216.241,50	-4,8%	1.158.106,53
TOTAL	324.043.272,11	-15,8%	272.901.601,74	-0,3%	272.130.754,39

◀ **Serviço da Dívida, RO, 2011 a 2013.**
Fonte: GCDPI/SEFIN-RO.

Note-se a redução nos últimos anos de pagamentos totais da Dívida Pública Estadual. Tal variação decorre de encerramento de contratos, com sua baixa pós-pagamento, durante o período analisado. Ressalte-se, ainda, que parte significativa da dívida não alcançou o prazo inicial de sua amortização.

Ademais, conforme informado no item anterior, após o fechamento dos balanços, foi identificado e regularizado um pagamento referente ao contrato COHAB CT6, no montante de R\$ 513 mil.

6 Provisões Matemáticas Previdenciárias

Os lançamentos referentes às provisões matemáticas previdenciárias foram efetuadas com base na avaliação atuarial periódica do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado elaborada pela Caixa Econômica Federal, contratada para tal fim.

Além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08, a avaliação atuarial é essencial para a revisão dos planos de custeio e de

benefícios do plano previdenciário, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Como prevê a Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 651, de 17 de fevereiro de 2012, a massa de segurados está segmentada em dois grupos, a saber:

- 1)** Fundo Previdenciário Financeiro: pelos servidores admitidos até 31/dez/09 e benefícios gerados por estes, bem como aposentadorias e pensões vigentes à época da publicação da referida Lei Complementar. Suas despesas serão custeadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples; e
- 2)** Fundo Previdenciário Capitalizado: formado pelos servidores admitidos a partir de 01/jan/10 e benefícios gerados por estes servidores. Seus benefícios serão tratados sob o Regime Financeiro de Capitalização. A avaliação atuarial foi desenvolvida em quatro etapas:
 - a)** análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas;
 - b)** seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos dos planos e a realização do Cálculo Atuarial;
 - c)** análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilidade da manutenção dos planos de custeio; e, caso estejam em desequilíbrio, um ou mais planos de custeio serão discutidos e propostos, de forma a promover o equilíbrio de longo prazo do plano, sem desequilibrar as contas no curto e médio prazo; e
 - d)** comparação dos resultados das três últimas avaliações atuariais realizadas para os planos previdenciários do RPPS.

Os registros que atualizaram os valores foram efetuados por meio dos seguintes lançamentos contábeis: 2013NL03031(UG 220011) e 2013NL0939 (UG 220012).

7 Deduções da Receita Corrente

As deduções da Receita Corrente são representadas pelos repasses constitucionais e legais aos municípios, ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB.

8 Reclassificação de Receitas

Atendendo à orientação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, decorrente da Decisão nº 196/2013-Pleno, foi realizada a reclassificação na receita de ICMS, IPVA e ITCD, segregando-se a Dívida Ativa, multas e juros de mora.

Primeiramente, foi promovida a adequação do Sistema de Arrecadação Tributação e Fiscalização – SITAFE, para obtenção dos dados, e, após, foram registrados, no SIAFEM, os seguintes valores:

Reclassificação de Receitas, 2013. Fonte: GCBTSEFIN-RO, SITAFE e SIAFEM.		Receita	Valor (R\$)
		Receita de ICMS (Principal)	2.669.575.227,83
		Receita de IPVA (Principal)	112.300.002,69
		Receita de ITCD (Principal)	5.485.193,00
		Multas e Juros de Mora - ICMS	45.458.724,90
		Multas e Juros de Mora - IPVA	12.320.686,80
		Multas e Juros de Mora - ITCD	426.814,11
		Dívida Ativa - ICMS	30.674.803,86
		Dívida Ativa - IPVA	5.021.504,82
		Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa - ICMS	4.593.828,62
		Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa - IPVA	1.432.549,72

Ressalte-se que, nos exercícios anteriores, os valores de multa e juros, bem como de Dívida Ativa, compuseram as receitas de ICMS, IPVA e ITCD registradas, ou seja, a evidenciação contábil anterior não comprometeu a repartição de receitas, bem como a contribuição para o FUNDEB.

9 Passivos Judiciais

A Procuradoria Geral do Estado, seguindo orientações da Egrégia Corte de Contas do Estado de Rondônia e aos preceitos contábeis, iniciou em 2013 o levantamento dos Passivos Judiciais para registro das provisões pertinentes. Entretanto, os dados ainda eram parciais no momento do fechamento dos balanços e, portanto, não compõem a presente prestação e contas.

10 Dívida Ativa

As alterações necessárias no Sistema Integrado de Arrecadação, Fiscalização e Tributação – SITAFE, ao final do exercício de 2013, impossibilitaram a extração do fluxo de inscrições e baixas da Dívida Ativa do Estado de Rondônia antes do fechamento dos balanços.

Assim, a movimentação está representada no quadro abaixo.

Inscrições e baixas de Dívida Ativa em 2013. Fonte: GEAR/CRE/SEFIN-RO		MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
		Saldo de Dívida Ativa em 31/12/2012	4.967.435.007,04
		(+) Inscrições de Dívida Ativa em 2013	716.172.438,98
		(-) Baixas de Dívida Ativa em 2013	-36.730.516,21
		Saldo de Dívida Ativa em 31/12/2013	5.646.876.929,81

Os lançamentos de regularização foram efetuados em 2014.

11 Fundo de Participação dos Estados - FPE

Após o fechamento contábil do exercício de 2013, foi detectado equívoco em lançamento da receita do Fundo de Participação dos Estados – FPE, consubstanciado nas notas de lançamento nº. 2013NL01984, 2013NL01985 e 2013NL01986, nos valores de R\$ 610.000,00, R\$ 3.100.000,00 e R\$ 0,20, respectivamente.

Com efeito, a receita total de FPE evidenciada restou a menor no montante de R\$ 2.490.000,20, em relação à receita efetivamente recebida em transferência da União, conforme tabela abaixo:

Receita Recebida	Receita Contabilizada	Diferença	 FPE, 2013 Fonte: GCBT/ SEFIN-RO.
R\$ 1.876.040.204,77	R\$ 1.873.550.204,57	R\$ -2.490.000,20	

Entretanto, ressalte-se que não houve incorreções na contabilização dos valores repassados para o FUNDEB, que totalizaram, no exercício, o montante de R\$ 375.208.040,66, representando 20% da receita recebida.

12 IPI - Exportação

Após o fechamento contábil do exercício de 2013, de igual modo, foi detectado equívoco em lançamento da receita do IPI-Exportação, consubstanciado na nota de lançamento nº. 2013NL02321, no valor de R\$ 56.846,24.

Destarte, a receita total do IPI-Exportação evidenciada restou a maior no referido montante em relação à receita efetivamente recebida em transferência da União, conforme tabela abaixo:

IPI - Exportação Fonte: GCBT/ SEFIN-RO		Receita Recebida	Receita Contabilizada	Diferença
		R\$ 7.967.295,63	R\$ 8.024.141,87	+R\$ 56.846,24

Ademais, o equívoco gerou reflexo na contabilização da parcela de repasse para o **FUNDEB**, consubstanciado na nota de lançamento número 2013NL02335, no valor de R\$ 8.526,93, restando evidenciado este valor a maior. Assim, o valor devido e efetivamente repassado no exercício foi montante de **R\$ 1.195.094,21**, enquanto que o contabilizado no SIAFEM foi de R\$ 1.203.621,14.

Valor Devido	Valor Contabilizado	Valor Transferido	 FUNDEB IPI- Exportação, 2013 Fonte: GCBT/ SEFIN-RO.
R\$ 1.195.094,21	R\$ 1.203.621,14	R\$ 1.195.094,21	

13 Metodologia de Cálculo de Despesas com Pessoal

Para efeito de apuração do cumprimento dos limites de Despesa com Pessoal, por expressa determinação legal, os demonstrativos e gráficos constantes neste Relatório obedecem à metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, descrita em seu Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição, aprovado pela Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012.

Insta mencionar que os demais Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Rondônia consideram o Parecer nº 56/2002-TCER e Parecer Prévio nº 107/2001-TCER.

14 Metodologia de Cálculo da Receita Corrente Líquida

De igual modo, a Receita Corrente Líquida demonstrada neste relatório, por expressa determinação legal, obedece à metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, descrita em seu Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição, aprovado pela Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012.

Entretanto, considerando que as parcelas destinadas a outros entres afetam diversos cálculos e, que em alguns meses, por indisponibilidade de saldo orçamentário, foram regularizadas em períodos posteriores, foi editada a Instrução Normativa nº. 002/SUPER/2013, autorizando a inclusão de nota com cálculo apurado sobre a receita efetivamente transferida.

Outrossim, considerando a Notas Explicativas nº 11 (FPE) e 12 (IPI - Exportação), o valor da Receita Corrente Líquida Ajustada foi de:

Especificação	Contabilizado	Ajuste	Valor Devido
(A) Receitas Correntes	6.581.978.319,88	2.433.153,96	6.584.411.473,84
Cota Parte do FPE	1.873.550.204,57	2.490.000,20	1.876.040.204,77
Cota Parte do IPI	8.024.141,87	-56.846,24	7.967.295,63
(...) Demais Receitas	4.700.403.973,44	-	4.700.403.973,44
(B) Deduções	1.730.124.842,69	-8.526,93	1.730.116.315,76
Dedução da Receita p Fundeb - IPI- Exp	1.203.621,14	-8.526,93	1.195.094,21
(...) Demais Deduções	1.728.921.221,55	-	1.728.921.221,55
Receita Corrente Líquida (A-B)	4.851.853.477,19	2.441.680,89	4.854.295.158,08

▲ **Receita Corrente Líquida
Ajustada, 2013.**
Fonte: GCBT/SEFIN-RO.

15 Comparabilidade

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, para observância da qualidade de informação contábil, esta deve guardar as seguintes características: compreensibilidade, relevância, confiabilidade, tempestividade, oportunidade e comparabilidade.

Esta última confere aos usuários a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho (NBCT 1).

Ocorre que, antecipando-se ao prazo de implantação do novo PCASP neste exercício, as contas do exercício de 2012 diferenciam-se significativamente das atualmente utilizadas, inviabilizando, assim, a evidenciação dos valores de 2012, para efeito de comparação, nos Demonstrativos de 2013.

16 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Conforme já esposado, em 2013, o Estado de Rondônia antecipou-se ao prazo de implantação do novo plano de contas e, conseqüentemente, de elaboração dos novos demonstrativos contábeis.

Entretanto, como todo processo gradual, a plena implementação caminha com a alteração das políticas contábeis, que ainda está em curso.

Com efeito, cumpre esclarecer que, tendo em vista a sistemática utilizada em 2013 para liquidações, a qual não considerava as consignações e depósitos, não foi possível a elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

De igual modo, a conta Despesas a Regularizar, que representam o dispêndio de recursos ainda fora da execução orçamentária – transferências a municípios e folha de pagamento, por exemplo-, influenciou para a inviabilidade de construção do citado demonstrativo, referente ao exercício de 2013.



2013

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



PARA UMA MELHOR análise das demonstrações contábeis, são apresentados a seguir conceitos constantes na literatura que permitirão uma melhor compreensão das Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

Balanço Patrimonial – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, quer seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não-circulante – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não-circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Financeiro – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas

alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

1 Indicadores do Balanço Patrimonial

► Situação financeira

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Situação Financeira	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	2,24	-4%	2,14	-57%	0,92

A situação financeira indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. Como se pode observar, nos exercícios anteriores, o Estado vinha mantendo superávit, representado por valores superiores a 1,00. Entretanto, em 2013, registrou déficit, com variação percentual negativa de 57%, em relação a 2012.

► Liquidez

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,86	-5%	2,72	+48%	4,03

O indicador de liquidez corrente demonstra quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.

Assim, pode-se afirmar que, embora o Estado tenha obtido ligeira queda em 2012, em relação a 2011, na proporção de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo, em 2013 alcançou o marco de quatro para um.

Registre-se que para análise do indicador, quanto maior o valor obtido, melhor é a avaliação.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Liquidez Seca	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,19	-4%	2,09	-26%	1,54

De acordo com o indicador gerado, nos últimos três exercícios houve sobra de disponibilidades, ou seja, de dinheiro mais aplicações financeiras, para fazer face aos seus passivos de curto prazo.

► Endividamento

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-circulante}}$	0,09	+92%	0,17	-38%	0,11

O indicador de composição do endividamento demonstra o quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro e quanto menor o seu valor, melhor é a avaliação.

Conforme se pode observar, apenas 11% da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro.

Ressalte-se a variação negativa de 38% em relação ao ano anterior, face aos pagamentos efetuados no decorrer de 2013, reduzindo o resultado indicador.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo Ativo Total	0,19	-15%	0,16	+33%	0,22

Dos resultados acima, depreende-se que apenas 22% do Ativo Total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Dívida Onerosa Líquida	Disponível Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	0,67	+17%	0,78	-56%	0,34

Em relação ao caixa e aplicações financeiras, verifica-se que, em 2013, apenas 34% da dívida onerosa encontra correspondência de disponibilidades para fazer face a esta.

2 Indicadores da Execução Orçamentária

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Execução da Receita	<u>Receita Executada</u> Receita Prevista	1,10	-12%	0,97	-16%	0,82

Este indicador permite avaliar a precisão do orçamento, em relação à receita. Assim, observa-se que nos últimos dois exercícios a arrecadação foi menor que o previsto.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Equilíbrio Orçamentário	<u>Despesa Fixada</u> Receita Prevista	1,14	-3%	1,11	-7%	1,03

Já este indica o equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA.

Frise-se que os valores superiores a 1, apurados nos três exercícios, corresponde à parcela de créditos adicionais abertos.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Execução da Despesa	<u>Despesa Executada</u> Dotação Atualizada	0,92	-4%	0,88	-7%	0,81

O objetivo do indicador de execução de despesa é avaliar a eficácia do orçamento no tocante a fixação da despesa.

Dos resultados acima, depreende-se que houve economia orçamentária nos três exercícios avaliados.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Resultado Orçamentário	<u>Receita Executada</u> Despesa Executada	1,05	-5%	0,99	-2%	0,97

Este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário de execução.

Como se pode observar, apenas em 2011 houve superávit. No entanto, os déficits registrados em 2012 e 2013 não superam 3% da receita realizada.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Execução Orçamentária Corrente	<u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	1,20	-8%	1,10	-3%	1,06

Este indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. Quanto maior o seu valor, melhor é a avaliação.

Ressalta-se que os valores superiores a 1, registrados nos exercícios analisados, representam a existência de superávit orçamentário corrente.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Execução Orçamentária de Capital	<u>Receita de Capital</u> Despesa de Capital	0,07	+26%	0,09	+368%	0,42

Os resultados apurados no indicador de execução orçamentária de capital, nos três exercícios demonstram a existência de déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital.

Ressalte-se que para a avaliação do indicador , os resultados ideais são iguais ou menores que 1, conforme os apurados.

3 Indicadores do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária Despesa Orçamentária Paga	1,05	+5%	0,99	+2%	0,97

O indicador de Financeiro Real da Execução Orçamentária demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também as despesas.

Conforme o quadro acima, houve pequeno déficit orçamentário na execução e movimentação financeira em 2012 e 2013.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Execução Extra-Orçamentária	Receita Extraorçamentária Despesa Extraorçamentária	1,01	0%	1,01	+8%	1,09

De igual modo ao indicador anterior, este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. Assim, verifica-se que nas três apurações, houve superávit extraorçamentário.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o Exercício Seguinte Saldo do Exercício Anterior	1,62	+29%	1,16	-3%	1,12

Em relação aos saldos financeiros, verifica-se que, nos três exercício, foi registrado superávit financeiro, representado por valores superiores a 1.

4 Indicador das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013
Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Ativas Total das Variações Passivas	1,10	+22%	1,35	-29%	0,95

No cotejo entre variações ativas e passivas, obtém-se o resultado das variações patrimoniais.

Ressalte-se que, diferentemente dos exercícios anteriores analisados, em 2013 houve Déficit Patrimonial.

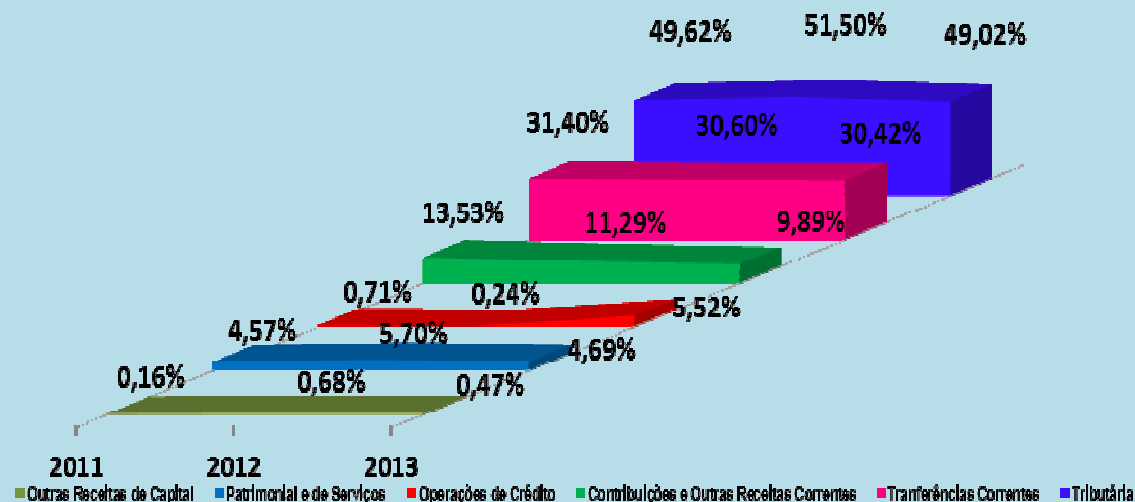


2013 INDICADORES DA GESTÃO FISCAL



Superintendência de Contabilidade

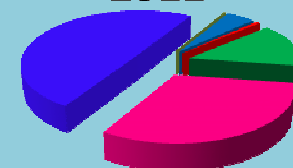
Composição da Receita Bruta



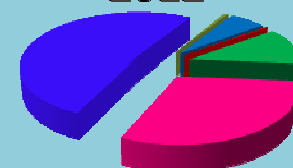
Composição da Receita	2011	2012	2013
Tributária	2.831.786.692,37	3.032.793.494,65	3.083.087.176,80
Patrimonial e de Serviços	260.591.419,01	335.464.494,13	294.701.145,93
Contribuições e Outras Receitas Correntes	772.116.587,08	664.680.526,48	621.848.358,98
Transferências Correntes	1.792.075.874,08	1.801.799.665,71	1.913.040.139,28
Operações de Crédito	40.600.000,00	13.912.500,00	347.328.094,06
Outras Receitas de Capital	9.383.452,56	40.038.784,10	29.519.555,45
Receita Bruta	5.706.554.025,10	5.888.689.465,07	6.289.524.470,50

RECEITA BRUTA

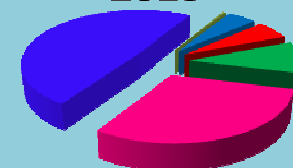
2011



2012

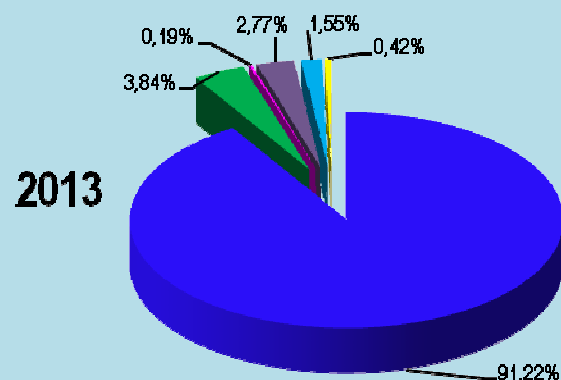
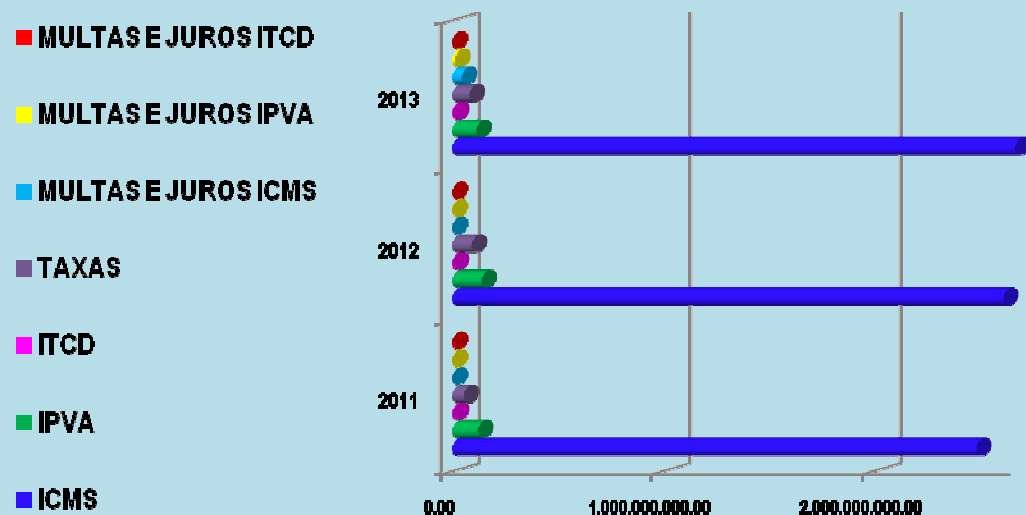


2013



RECEITA TRIBUTÁRIA

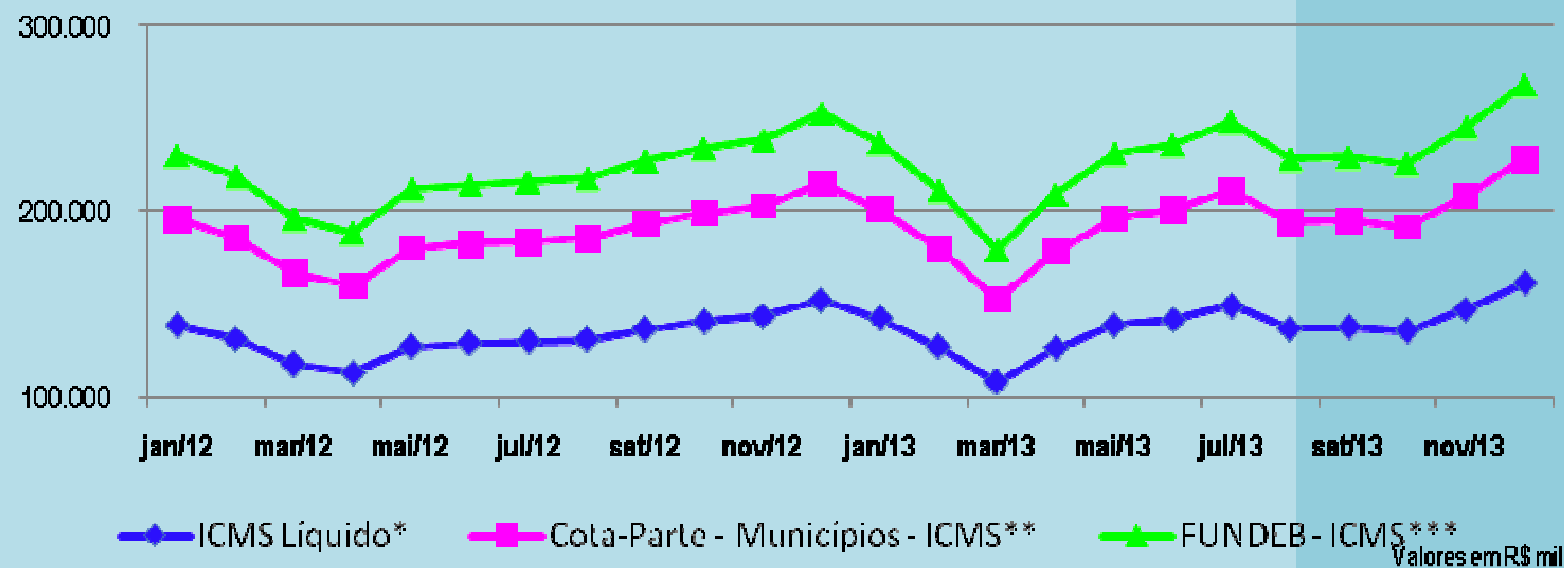
Arrecadação
de Tributos Estaduais



RECEITA	2011	2012	2013
ICMS	2.485.153.796,65	2.613.123.715,85	2.669.575.277,83
IPVA	119.760.294,42	137.062.742,20	112.300.002,69
ITCD	4.610.866,92	4.122.200,06	5.485.193,00
TAXAS	54.534.262,47	89.616.467,89	81.032.754,36
MULTAS E JUROS ICMS*	0,00	0,00	45.458.724,90
MULTAS E JUROS IPVA*	0,00	0,00	12.320.686,80
MULTAS E JUROS ITCD*	0,00	0,00	426.814,11
TOTAL	2.664.059.220,46	2.843.925.126,00	2.926.599.453,69

* Reclassificação iniciada em 2013. Em 2012 e 2013 itegravam as receitas totais.

**RECEITA
TRIBUTÁRIA**
*Comportamento da
Arrecadação do ICMS*



Fonte: GCBT/SEFIN-RO

FPE-Fundo de Participação do Estado

IPI-Exportação

CIDE-Contrib. de Interv. no Domínio Econômico

Comp. Financeira p/ Explor. Recursos Minerais/Naturais

FEP-Fundo Especial do Petróleo

SUS-Serviço Único de Saúde

FNDE-Fundo Nacional do Desenv. da Educação

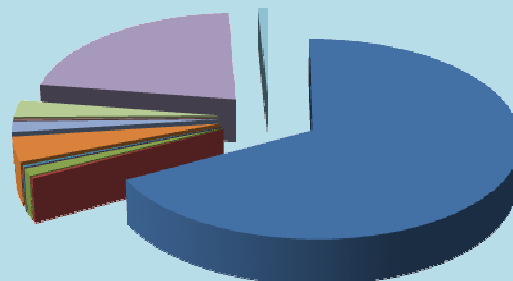
ICMS Desoneração (Lei Kandir)

Demais transferências da União

Receitas do FUNDEB

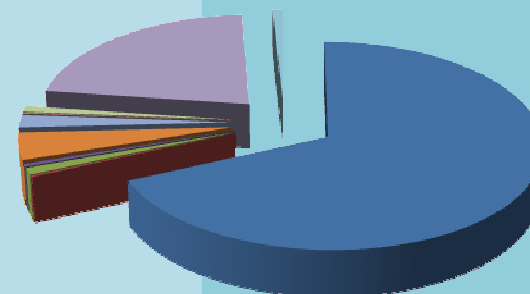
Transferências de Convênios

2011

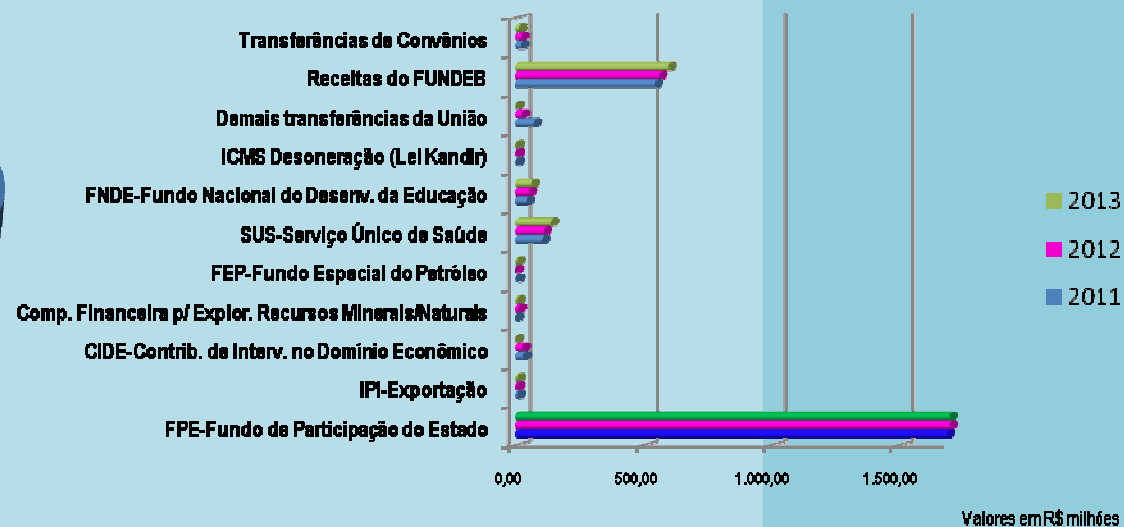
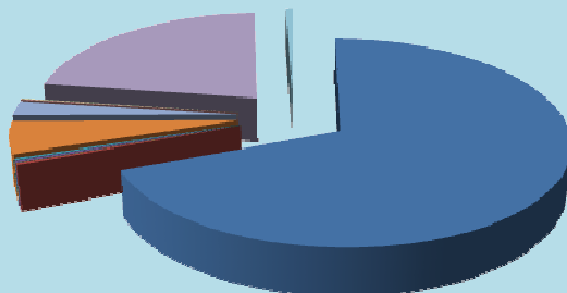


TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

2012

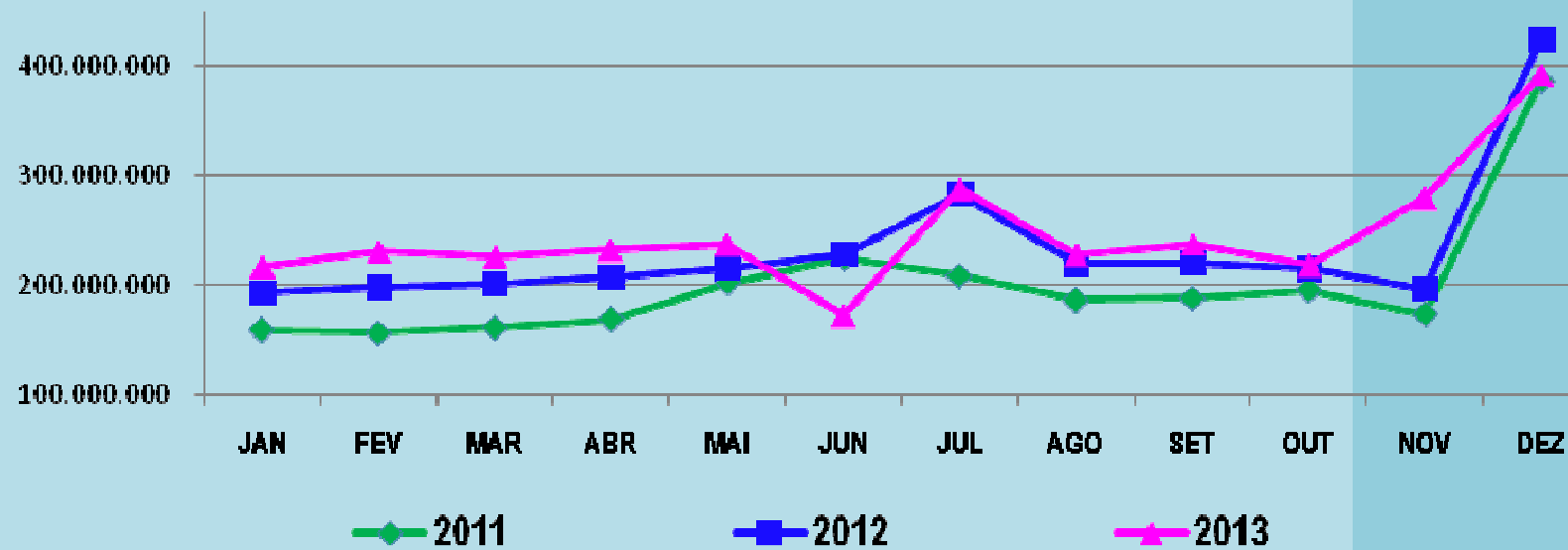


2013



**EVOLUÇÃO DE
DESPESAS COM
PESSOAL**
Consolidado

Despesa Total com Pessoal



■ Inativos e Pensionistas

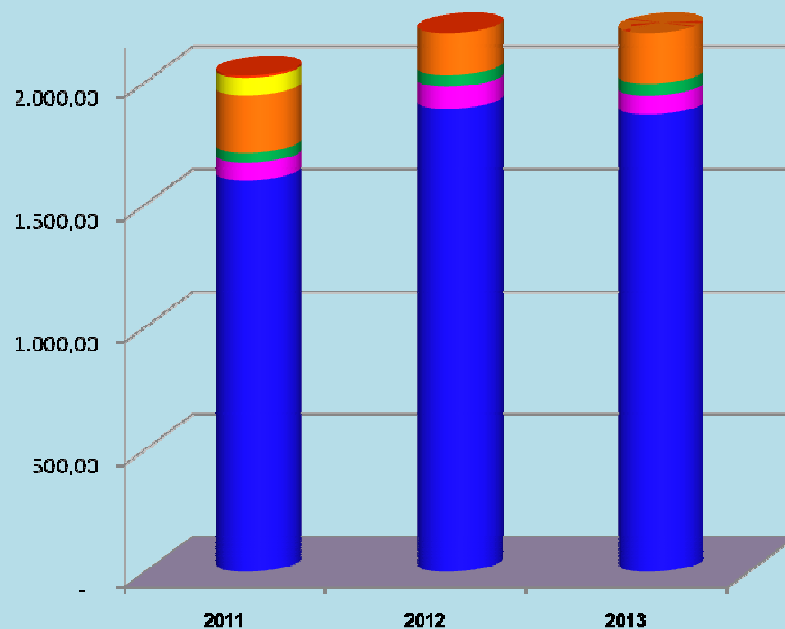
■ Ministério Público

■ Poder Judiciário

■ Tribunal de Contas

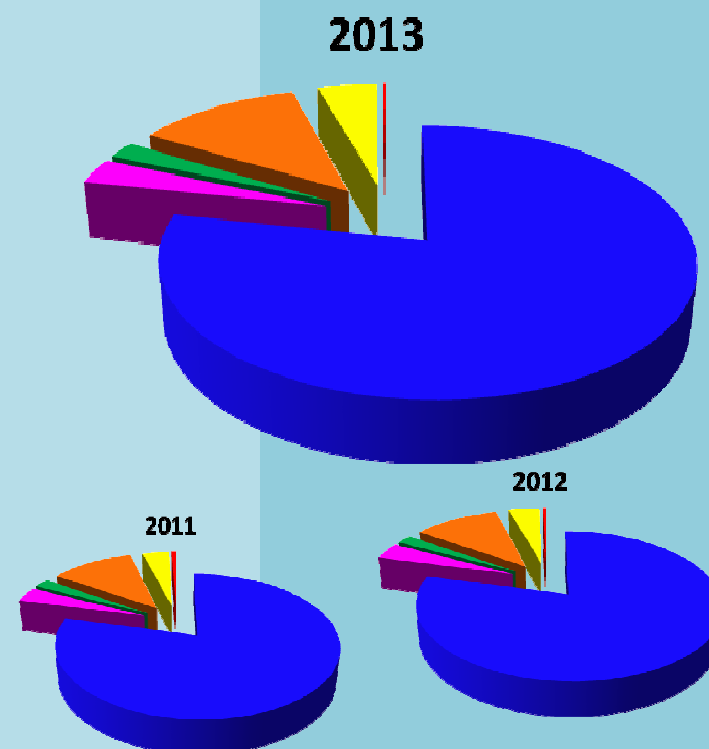
■ Assembleia Legislativa

■ Poder Executivo



GASTO COM PESSOAL

Sem Encargos - Poderes



**GASTO COM
PESSOAL**
*Servidores Ativos –
Poder Executivo*

■ Cíveis

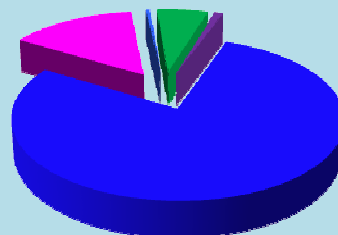
■ Militares

■ Despesas do
IPERON

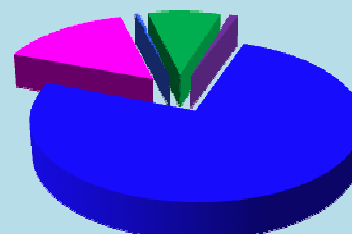
■ Autarquias

■ Fundações

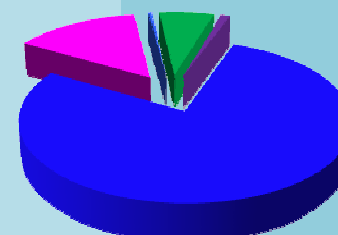
2011



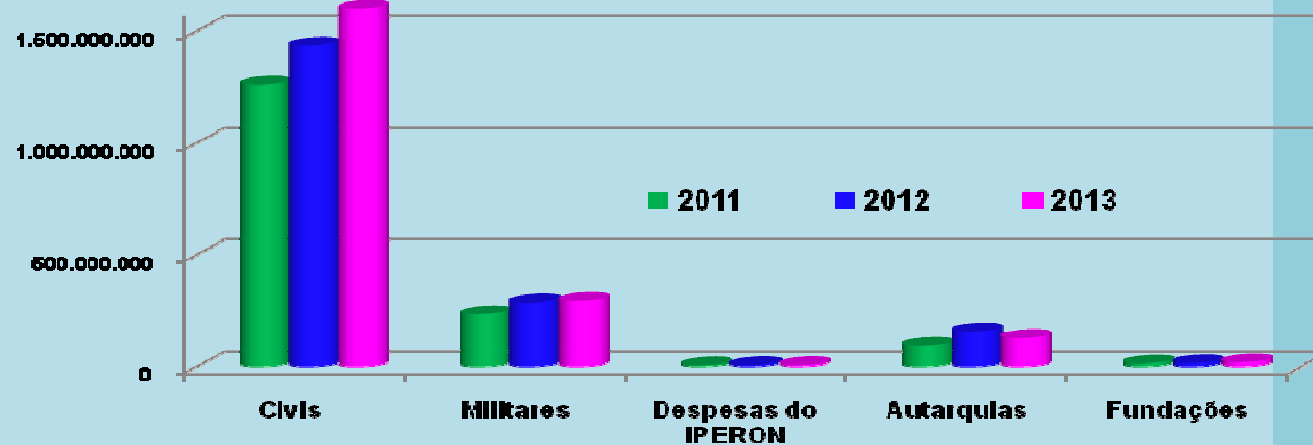
2012



2013

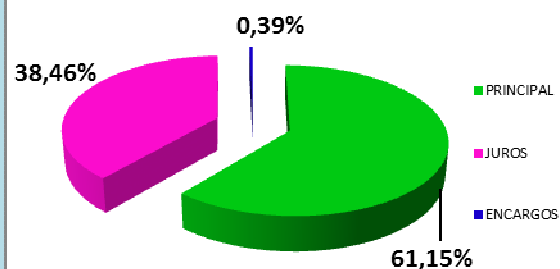


**Gastos com Servidores Ativos
Poder Executivo**

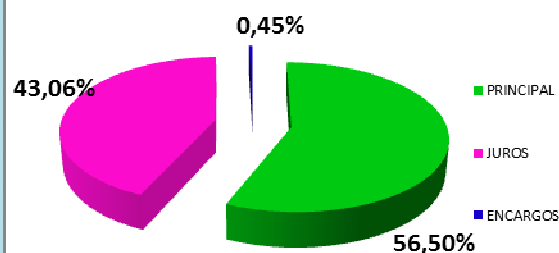


PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

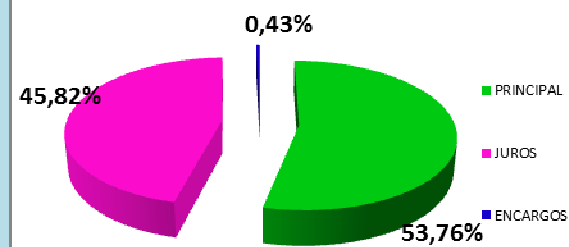
Serviço da Dívida - 2011



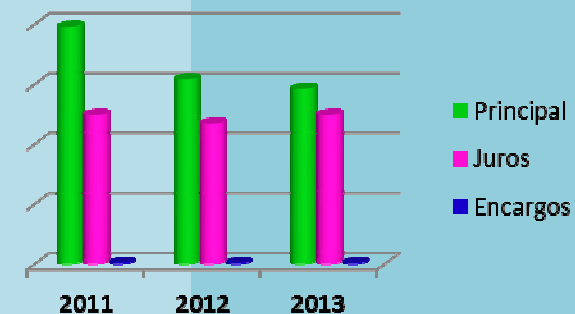
Serviço da Dívida - 2012



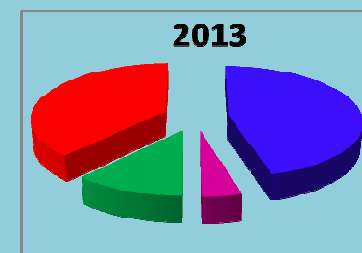
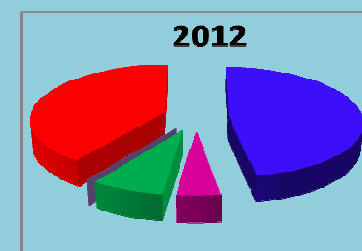
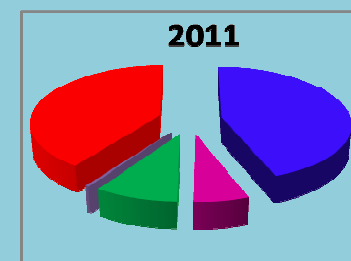
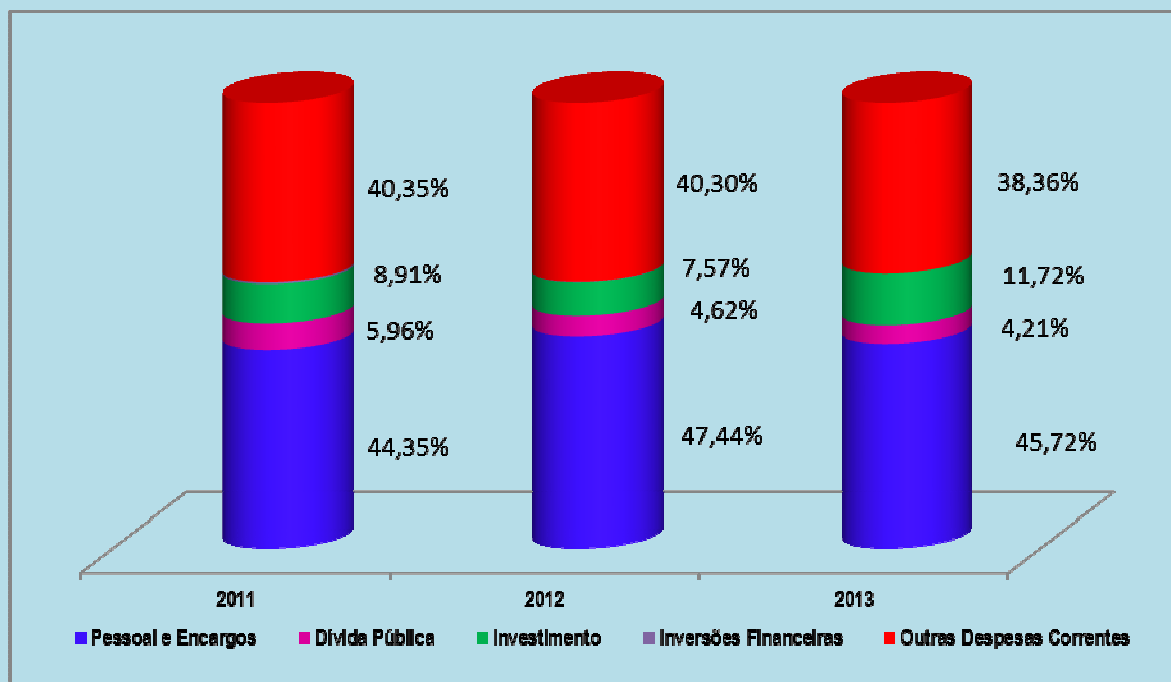
Serviço da Dívida - 2013



SERVIÇO DA DÍVIDA					
ESTRATIFICAÇÃO	2011	Δ %	2012	Δ %	2013
Principal	198.157.977,68	-22,2%	154.177.065,66	-5,1%	146.295.470,76
Juros	124.631.273,74	-5,7%	117.508.294,58	6,1%	124.677.177,10
Encargos	1.254.020,69	-3,0%	1.216.241,50	-4,8%	1.158.106,53
TOTAL	324.043.272,11	-15,8%	272.901.601,74	-0,3%	272.130.754,39



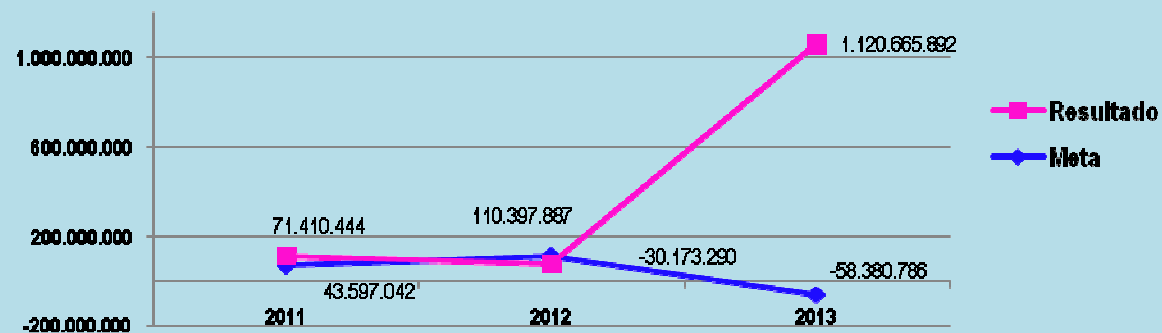
DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA *Consolidado Geral*



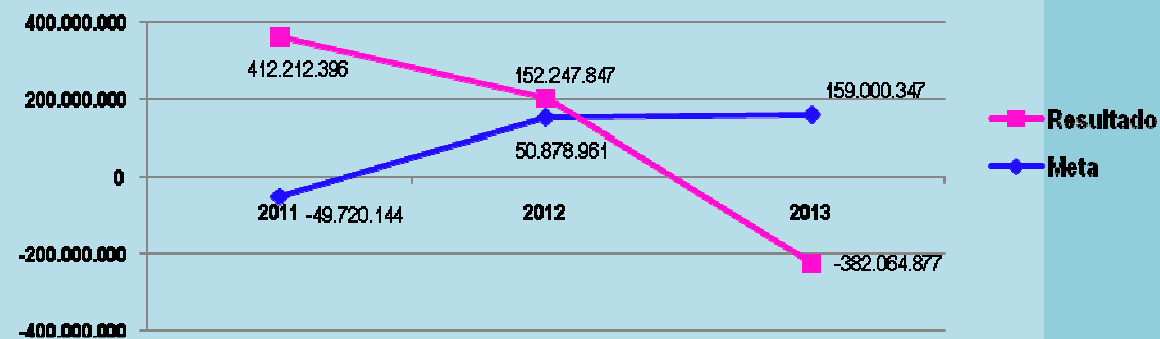
Grupo de Natureza	2011	2012	2013
Pessoal e Encargos	2.412.019.392,26	2.808.473.637,69	2.961.959.019,32
Dívida Pública	324.043.272,11	273.297.345,80	272.623.791,77
Investimento	484.666.575,77	448.016.379,36	759.275.626,08
Inversões Financeiras	23.622.345,00	5.000.000,00	-
Outras Despesas Correntes	2.194.428.476,86	2.385.852.950,21	2.485.250.354,69
Total	5.438.780.062,00	5.920.640.313,06	6.479.108.791,86

RESULTADO NOMINAL E RESULTADO PRIMÁRIO

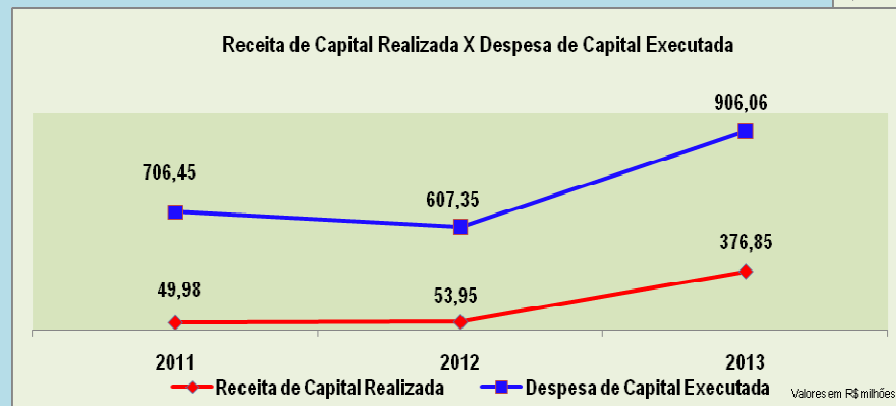
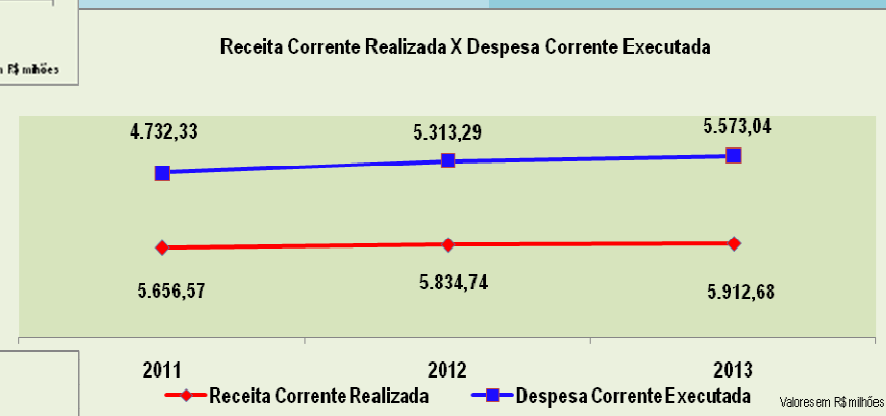
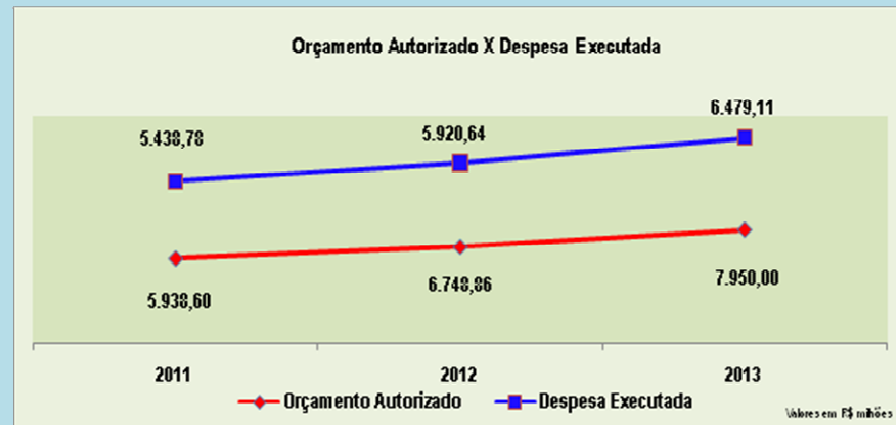
Resultado Nominal



Resultado Primário



ORÇAMENTO AUTORIZADO, RECEITA REALIZADA E DESPESA EXECUTADA





2013 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Superintendência de Contabilidade

Mensagem do Contador

A apresentação do Balanço Geral do Estado, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas e à sociedade rondoniense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Rondônia, demonstrando os resultados alcançados no exercício de 2013 e propiciar à sociedade instrumentos de controle.

O BALANÇO GERAL agregou as informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual e consolidou as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A elaboração das demonstrações contábeis de forma consolidada permite a visão global do resultado do Estado.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compuseram o Balanço buscaram reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade, na busca dos melhores resultados possíveis.

A análise do resultado fiscal do exercício evidenciou o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em educação e saúde, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, assim como o cumprimento da meta de resultado nominal fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que reflete uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

O Balanço Geral do Estado de 2013 estará disponível no sítio da contabilidade estadual (www.contabilidade.ro.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.ro.gov.br), em comprometimento com a transparência das contas públicas.

Ainda, cumpre registrar que, no tocante à transparência da gestão, o Estado de Rondônia, em 2013, desenvolveu o site da Contabilidade e vem reformulando o Portal da Transparência, disponibilizando ao cidadão informações sobre as receitas arrecadadas, despesas realizadas, consulta aos maiores fornecedores, indicadores contábeis de desempenho, despesas com pessoal, saúde, educação, diárias, metas bimestrais de arrecadação, repasses aos municípios, pagamentos de convênios, de subvenções e, ainda, consulta de pagamentos efetuados por credor, na qual é possível verificar em tempo real os pagamentos efetuados pelo Estado de Rondônia aos seus credores.

É concedida à sociedade, por meio do Portal da Transparência, a consulta de remuneração e dados funcionais dos servidores do Poder Executivo Estadual.

Estas ferramentas são importantes no sentido de auxiliar no acompanhamento e controle social da gestão pública estadual.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado de Rondônia de 2013 e, na oportunidade, agradecemos a todos os servidores que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido.

Agradecemos, ainda, ao Secretário de Estado de Finanças, Sr. Gilvan Ramos de Almeida, seu Adjunto Wagner Garcia de Freitas e ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. Confúcio Aires Moura, pela confiança e apoio depositados em nosso trabalho.

Superintendência de Contabilidade



2013 LEGISLAÇÃO BÁSICA



Legislação Básica

► Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989.

► Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

► Leis Estaduais

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 697/12 – Altera dispositivos da Lei Complementar n. 224, de 4 de janeiro de 2000, alterada pela Lei Complementar n. 619, de 26 de maio de 2011, cria e extingue Cargos de Direção Superior e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 154/96 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 2.623/11 – Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 2.799/12 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 2961/12 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013.

► Decretos

DECRETO ESTADUAL nº 17.490/2013 – Estabelece o desdobramento das receitas previstas para 2013 em metas mensais e bimestrais de arrecadação e o cronograma anual de cotas mensais e bimestrais de desembolso financeiro dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para o exercício de 2013.

DECRETO ESTADUAL nº 18.570/2012 – Institui o Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis de Rondônia - GTCON/RO, em substituição ao Grupo instituído pelo Decreto n. 16.211/2011 e dá outras providências.

► Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 437/12 – Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas e VII – Exercício Prático, da 5ª edição do MCASP.

PORTARIA CONJUNTA MINISTÉRIO DA FAZENDA E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 02/2012 – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e aprova as Partes I - Procedimentos Contábeis Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA nº 01/2013/GPG/SEPLAN-RO – Estabelece o Quadro de Detalhamento da Despesa a nível de elemento de despesa para o exercício financeiro de 2013.

► Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

► Instruções Normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA n 13/2004/TCE-RO de 18/11/2004 - Dispõe sobre as informações e documentos a serem encaminhados pelos gestores e demais

responsáveis pela Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios de Rondônia; normatiza outras formas de controles pertinentes à fiscalização orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e contábil exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2013/SUPER/SEFIN-RO – Dispõe sobre a evidenciação das parcelas de receita tributária destinadas a outros entes no cálculo da receita corrente líquida.